Jornal **O DIA** SP

www.jornalodiasp.com.br QUARTA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 2022 Nº 25.245 Preço banca: R$ 3,50

Copom inicia sexta reunião do ano para definir juros básicos

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) começou na terça-feira (20), em Brasília, a sexta reunião do ano para definir a taxa básica de juros, a Selic, e pode manter o aperto monetário com mais um aumento na taxa, mas em menor nível do que nos últimos encontros, quando foi elevada em 0,5 ponto. Nesta quarta-feira (21), ao fim do dia, o Copom anunciará a decisão.

Em comunicado após a última reunião, em agosto, o órgão informou que elevaria a taxa em 0,25 ponto nesse encontro de setembro, diante dos riscos de que a inflação fique acima da meta em prazos mais longos. A alta de juros dos bancos centrais dos Estados Unidos e da Europa também pode forçar o BC a um novo aumento.

Entretanto, o colegiado está dividido entre uma elevação para 14% ao ano, ou a manutenção da taxa básica em 13,75% ao ano, como espera o mercado financeiro. De acordo com o boletim Focus, a expectativa é que a Selic termine o ano nesse patamar. Além da reunião de terça e quarta-feira, o Copom tem mais dois encontros em 2022, em outubro e dezembro. Página 3

Brasil tem "economia em plena recuperação", diz presidente na ONU

Página 4

ANS determina que planos cubram teste para varíola dos macacos

Página 3

Brasil registra 90 mortes e 8,7 mil casos

As secretarias estaduais e municipais de Saúde registraram 8.741 novos casos de covid-19 nas últimas 24 horas em todo o país. De acordo com os órgãos, foram confirmadas também 90 mortes por complicações associadas à doença no mesmo período.

Os dados estão na atualização do Ministério da Saúde divulgada na terça-feira (20), com exceção das informações do Mato Grosso, que não foram atualizadas pelo governo estadual, de acordo com a pasta federal.

Com as novas informações, o total de pessoas infectadas pelo novo coronavírus durante a pandemia já soma 34.600.768.

O número de casos em acompanhamento de covid-19 está em 148.409. O termo é dado para designar casos notificados nos últimos 14 dias que não tiveram alta nem resultaram em óbito.

Com os números de terça-feira, o total de óbitos alcançou 685.518, desde o início da pandemia. Ainda há 3.212 mortes em investigação. As ocorrências envolvem casos em que o paciente faleceu, mas a investigação se a causa foi covid-19 ainda demanda exames e procedimentos complementares.

Até agora, 33.766.841 pessoas se recuperaram da covid-19. O número corresponde a pouco mais de 97% dos infectados desde o início da pandemia.

Segundo o balanço do Ministério da Saúde, no topo do ranking de estados com mais mortes por covid-19 registradas até o momento estão São Paulo (174.514), Rio de Janeiro (75.648), Minas Gerais (63.728), Paraná (45.263) e Rio Grande do Sul (41.026).

Já os estados com menos óbitos resultantes da pandemia são Acre (2.029), Amapá (2.163), Roraima (2.173), Tocantins (4.204) e Sergipe (6.434). (Agência Brasil)

Estudo da Fiocruz Bahia destaca desigualdades na mortalidade infantil

Foto/Wikipedia

Estudo liderado pelo Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs) da Fundação Oswaldo Cruz da Bahia (Fiocruz Bahia) ressalta desigualdades profundas na mortalidade infantil no Brasil. A pesquisa, que serviu de base para artigo publicado na edição de outubro do The Lancet Global Health, revela que as crianças indígenas têm 14 vezes mais chances de morrer de diarreia. O risco é 72% maior entre crianças pretas quando comparado com as chances das nascidas de mães brancas. Página 4

Arquibancada desaba e provoca nove mortes em Itapecerica da Serra

O desabamento de uma arquibancada na manhã de terça-feira, (20) provocou a morte de nove pessoas em Itapecerica da Serra, na região metropolitana de São Paulo. A informação é do Corpo de Bombeiros. O acidente ocorreu por volta das 8h55 na Estrada Ferreira Guedes, 1.134, local onde funciona uma empresa de contêineres.

Segundo o Corpo de Bombeiros, 31 pessoas ficaram feridas, das quais 28 foram socorridas no Pronto Socorro Jacira, no Pronto Socorro Central e no Hospital Geral, em Itapecerica. Página 2

Esporte

Stock Car afunila disputa pelo título em pista onde trio líder jamais venceu

Palco da nona etapa da Stock Car Pro Series, no próximo domingo (25), a pista de Santa Cruz do Sul permanece território não conquistado para o trio líder do campeonato: o atual campeão Gabriel Casagrande, o vice-líder Daniel Serra e o terceiro colocado Matías Rossi jamais chegaram ao primeiro lugar no traçado gaúcho. Mais do que isso, o circuito situado a 160 km da capital Porto Alegre é difícil de ser domado. Nas últimas seis provas disputadas em seus 3.531 metros, a vitória coube a cinco pilotos diferentes. Apenas o tricampeão Ricardo Maurício repetiu a façanha, em 2019 e 2021.

Com as duas largadas do próximo domingo, o tradicional Autódromo Internacional de Santa Cruz do Sul receberá uma corrida da principal categoria do automobilismo na América do Sul pela 25ª vez e, novamente, em um momento decisivo. Com apenas quatro etapas para o término nas 12 previstas, a briga pelo título começa a afunilar e a indicar quem vai chegar ao final da temporada disputando a coroa.

O paranaense Gabriel Casagrande chega a Santa Cruz do Sul como líder da tabela, com 222 pontos contra 203 do tricampeão Daniel Serra. Na etapa do calendário mais próxima da fronteira com seu país, o argentino Matías Rossi desembarca com 201 pontos, somente dois a menos que Serra, e pela primeira vez se coloca como um dos principais postulantes ao título.

Os três líderes são os únicos a somar mais de 200 pontos, condição que praticamente os garante entre os principais protagonistas na disputa pelo título deste ano. Outros candidatos são Rubens Barrichello, com 189 pontos, Bruno Baptista (175), Gaetano Di Mauro (168), Ricardo Zonta (162), Thiago Camilo (162), Nelsinho Piquet (148) e Cesar Ramos (140).

O encontro gaúcho será o último antes da rodada dupla válida pelas etapas 10 e 11, a ser disputada em Goiânia nos dias 22 e 23 de outubro, quando todos os pilotos deverão descartar os quatro piores resultados, gerando a pontuação que levará os candidatos definitivos a disputar o título na etapa final – em 20 de novembro, em Brasília.

Foto/ Duda Bairros

Etapa *deste fim de semana vai afunilar os candidatos ao título na Stock Car*

Histórico e reforma — Entre 2005 e 2021, foram 23 corridas realizadas pela Stock Car em Santa Cruz do Sul. Cacá Bueno foi o primeiro vencedor da categoria naquele traçado e também é um dos pilotos que mais detém vitórias no circuito. Foram três, em 2005, 2007 e 2008.

Além de Cacá, outro piloto com três vitórias em Santa Cruz do Sul é Ricardo Maurício. Curiosamente, o tricampeão construiu essa trilha vencedora nos últimos anos ao faturar corridas em 2017, 2019 e 2021.

Inaugurado em 2005, o Autódromo Internacional de Santa Cruz do Sul tem 14 curvas (sete à direita e sete à esquerda), reúne trechos de alta, média e baixas velocidades, e é percorrido em sentido anti-horário. Recentemente, o circuito passou por uma reforma e recebeu asfalto em todo o seu percurso, além de contar com outras melhorias para seguir como uma das praças mais relevantes do automobilismo nacional.

Programação e transmissão — O cronograma do fim de semana compreende também a sexta etapa da categoria de acesso Stock Series e a quinta rodada da Copa HB20. O treino classificatório da Stock Car Pro poderá ser visto a partir de 14h15 do sábado, com transmissão ao vivo pelo SporTV e pelas mídias da Stock Car (YouTube e Facebook).

No domingo, a Corrida 1 da nona etapa do campeonato tem largada prevista para 14h10, com 30 minutos e mais uma volta. A segunda prova da Stock Car em Santa Cruz do Sul acontece logo depois, às 14h50, com a mesma duração. As duas provas serão mostradas ao vivo pela Band, SporTV, mídias oficiais da categoria (no YouTube e Facebook), Twitch da Tribo do Gaules, Motorsport.tv, mídias do Estadão e canal da Revista Capital Econômico.

Em João Pessoa, Thainara e Aline Lebioda são campeãs pela primeira vez

"Viemos do qualifying, jogo a jogo, ponto a ponto, para o topo do pódio!" A vibração de Aline Lebioda era sem tamanho. Na terça-feira (20), ela e Thainara conquistaram o primeiro título da dupla, no Aberto da 10ª etapa do Circuito Brasileiro de vôlei de praia, disputado na Praia de Tambaú, em João Pessoa. No masculino, Mateus e Adelmo repetiram a dose de Fortaleza e levam mais um ouro. E as finais não representaram o fim da maratona de vôlei de praia na capital paraibana, que começou no dia 14, com a terceira etapa do Brasileiro sub-21. Nesta quarta-feira (21), começa a 11ª etapa nacional adulta, com disputas do Aberto e do Top 8.

Na partida decisiva, Thainara e Aline, que começaram a competição no qualifying, venceram Verena/Ana Luiza por 2 sets a 0 (22/20 e 21/19). Pelo mesmo placar, Mateus e Adelmo superaram Heitor Benitto/Tony (21/14 e 21/13).

Maria Elisa e Fernanda Berti ficaram com o bronze feminino na disputa com Andrezza e Thati: 2 sets a 1 (19/21, 21/12 e 15/12). Igor/Moises completaram o pódio masculino com vitória sobre Vinicius/Gabriel Santiago por 2 a 0 (21/13 e 21/12).

Mateus: "Nossa química como dupla bateu logo de primeira. Foi uma competição de muita constância, ganhamos todos os jogos por 2 a 0.

O foco é garantir outro ouro na próxima etapa" Adelmo: "Nossa dupla é recente, mas sentí que estávamos entrosados desde o primeiro treino. Estou muito feliz com esse resultado, com a sensação de dever cumprido"

Thainara: "Temos uma base muito forte, que nos ajuda demais. Na etapa passada, eu me lesionei e infelizmente não consegui dar o meu melhor. Desta vez, o resultado está aqui. Estou muito feliz"

Aline Lebioda: "É muito emocionante subir pela primeira vez no lugar mais alto do pódio. E com uma parceira como essa, é ainda mais sensacional. Estou muito feliz por tudo o que vem acontecendo e agradeço a todos os que nos ajudaram a chegar a esse momento. Viemos do qualifying, jogo a jogo, ponto a ponto, para o topo do pódio!" O Banco do Brasil é o patrocinador oficial do voleibol brasileiro

Previsão do Tempo

Quarta: Chuvoso durante o dia e à noite.

21º C
15º C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,15
Venda: 5,15

Turismo
Compra: 5,26
Venda: 5,36

EURO

Compra: 5,14
Venda: 5,14

Secretaria promove a II Jornada de Saúde Mental Prevenção ao Suicídio

De acordo com a última pesquisa realizada pela Organização Mundial da Saúde - OMS em 2019, foram registrados mais de 700 mil suicídios em todo o mundo. Contando com os episódios subnotificados, estima-se que esse número chegue a mais de um milhão de casos. No Brasil, os registros se aproximam de 14 mil casos por ano, ou seja, em média 38 pessoas cometem suicídio por dia.

Em praticamente 100% dos casos, o suicídio estava relacionado às doenças mentais, principalmente aquelas não diagnosticadas ou tratadas incorretamente. Dessa forma, a maioria dos casos poderia ter sido evitada se esses pacientes tivessem acesso ao tratamento psiquiátrico e informações de qualidade.

Em 2021, a Coordenação de Gestão de Saúde do Servidor da Secretaria de Gestão detectou que os transtornos mentais já eram a causa da maior parte dos afastamentos de trabalhadores na administração municipal, representando em torno de 46%.

A II Jornada de Saúde Mental - Prevenção ao Suicídio da Secretaria de Gestão, mesmo sendo voltado ao servidor público, tem um profundo impacto junto à população que é atendida nos equipamentos públicos e por esses servidores. Detectar o problema, como enfrentá-lo e como identificar uma pessoa com transtornos mentais são alguns dos temas que serão abordados na Jornada.

Desmistificar. Enfrentar e derrubar preconceitos. Discutir o suicídio, encontrar soluções e saídas, como oferecer ajuda. Esses sempre foram os principais entraves entorno do tema e também a maneira de como preveni-lo.

O suicídio é um importante problema de saúde pública, com impactos na sociedade como um todo. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde - OMS, todos os anos mais pessoas morrem como resultado de suicídio do que HIV, malária ou câncer de mama - ou guerras e homicídios.

Entre os jovens de 15 a 29 anos, o suicídio foi a quarta causa de morte depois de acidentes no trânsito, tuberculose e violência interpessoal. Trata-se de um fenômeno complexo, que pode afetar indivíduos de diferentes origens, sexos, culturas, classes sociais e idades.

As taxas variam entre países, regiões e entre homens e mulheres. No Brasil, 12,6% por cada 100 mil homens em comparação com 5,4% por cada 100 mil mulheres, morrem devido ao suicídio. As taxas entre os homens são geralmente mais altas em países de alta renda (16,6% por 100 mil). Para as mulheres, as taxas de suicídio mais altas são encontradas em países de baixa-média renda (7,1% por 100 mil).

Embora alguns países tenham colocado a prevenção do suicídio no topo de suas agendas, muitos permanecem não comprometidos. Atualmente, apenas 38 países são conhecidos por terem uma estratégia nacional de prevenção do suicídio. (Fonte: Setembro Amarelo)

Falar sobre saúde mental é muito mais do que a ausência de doenças mentais. É falar sobre o impacto em diversos setores da vida de uma pessoa, seja no bem-estar físico, em seus relacionamentos e, até mesmo, em seu desempenho profissional.

Para tratar deste assunto, a Secretaria Municipal de Gestão promoverá, até dia 22, a II Jornada de Saúde Mental da Prefeitura de São Paulo, uma série de três encontros voltados aos servidores municipais já inscritos no evento.

A cidade de São Paulo iniciou em junho um grande Programa de Recapeamento

A cidade de São Paulo iniciou em junho um grande Programa de Recapeamento.

Serão recuperados 5,8 milhões de metros quadrados de ruas e avenidas por toda a cidade, com investimento de R$ 1 bilhão. Mais de 1.600 novos empregos serão gerados.

Além de proporcionar muito mais segurança na mobilidade urbana, 50% do material utilizado no projeto é reciclado.

Tudo com tecnologias inéditas, como Sistema Gaia, FWD e PAVSCAN, que geram muito mais assertividade e economia em todos os processos do programa.

Saiba mais sobre esse projeto e planeje seu caminho.

Acesse / prefeitura.sp.gov.br/recape

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Histórias : vereadores(as) candidatos(as) pra ALESP e Câmara Federal seguem investindo nas propagandas eleitorais em veículos tradicionais (jornais e revistas)

PREFEITURA (São Paulo)

Histórias : prefeito Ricardo Nunes (MDB) foi dono de jornal regional (Santo Amaro - Zona Sul) antes de ser vereador. Ele sabe da importância dos jornais e revistas

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Histórias : deputados(as) candidatos(as) à reeleição e Câmara Federal seguem investindo nas propagandas eleitorais em veículos tradicionais (jornais e revistas)

GOVERNO (São Paulo)

Histórias : candidatos(as) a governador e vices seguem investindo nas propagandas eleitorais das bancadas dos partidos em veículos tradicionais (jornais e revistas)

CONGRESSO (Brasil)

Histórias : deputados(as) federais candidatos(as) à reeleição ou eleição seguem investindo nas propagandas eleitorais em veículos tradicionais (jornais e revistas)

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Presidente Jair Bolsonaro (PL) foi direto e reto no que discursou - sobre as relações do Brasil com o mundo - pela 4ª vez na Assembleia da Organização das Nações Unidas

PARTIDOS

Pelo PT, Lula tá dizendo que não vai ao debate - no SBT do Silvio Santos - no próximo sábado. Vai apanhar do mesmo jeito, por todos que forem. Quanto as pesquisas, ...

(Brasil)

... Quanto as pesquisas, a empresa Paraná segue desafiando os números do ex-Ibope e da Datafolha. Tá dando Bolsonaro empatado tecnicamente com Lula. Dia 2 vai mostrar

ANO 30

Cesar Neto é jornalista e publica a coluna diária de política - cesarneto.com - na imprensa (Brasil) desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (São Paulo)

Email cesar@cesarneto.com ... Twitter @cesarnetoreal

cesar@cesarneto.com

Arquibancada desaba e provoca nove mortes em Itapecerica da Serra

O desabamento de uma arquibancada na manhã de terça-feira, (20) provocou a morte de nove pessoas em Itapecerica da Serra, na região metropolitana de São Paulo. A informação é do Corpo de Bombeiros. O acidente ocorreu por volta das 8h55 na Estrada Ferreira Guedes, 1.134, local onde funciona uma empresa de contêineres.

Segundo o Corpo de Bombeiros, 31 pessoas ficaram feridas, das quais 28 foram socorridas no Pronto Socorro Jacira, no Pronto Socorro Central e no Hospital Geral, em Itapecerica. O estado de saúde dos feridos não foi informado até o momento.

Duas das vítimas disputam cargos nas eleições de outubro: Jones Donizette, do Solidariedade, que concorre a deputado estadual, Ely Santos , do Republicanos, que tenta uma vaga na Câmara dos Deputados.

Em suas redes sociais, Donizette disse que foi ao local na manhã de terça-feira, para conhecer a empresa Multiteiner e que, quando se despedia dos trabalhadores, parte da estrutura de concreto se rompeu e os deixou presos aos escombros. Donizette e Ely Santos foram resgatados com vida. Quatro integrantes da equipe do candidato foram resgatados e levados a hospitais.

O Corpo de Bombeiros informou que, com apoio de 20 viaturas, 79 homens trabalham no socorro às vítimas. Equipes da Defesa Civil, da Polícia Militar e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) também estão no local.

As causas do desabamento ainda serão investigadas.

Prefeitura inicia reforma de 26 Centros Educacionais Unificados com um investimento de R$ 180 mi

Visando garantir mais conforto e segurança no ambiente escolar para cerca de 43 mil alunos e profissionais da rede municipal, o prefeito Ricardo Nunes assinou na terça-feira (20) a autorização para o início das obras de reforma nas instalações de 26 Centros Educacionais Unificados (CEUs) em todas as regiões da capital. Com um investimento de R$ 180 milhões, a ação é uma iniciativa da Prefeitura de São Paulo, por meio das secretarias municipais de Educação (SME) e Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB), e da SPObras.

Durante visita ao CEU Vila Atlântica, na região do Jaraguá, o prefeito Ricardo Nunes destacou a importância desses equipamentos para o desenvolvimento dos jovens das periferias. "O importante para nós é que as pessoas possam ter oportunidades. A oportunidade de estudar, de poder crescer e cada um desenvolver os seus sonhos", disse.

A iniciativa irá contemplar com melhorias os CEUs Heliópolis, Meninos, Parque São Carlos, Lajeado, Parque das Veredas, Uirapuru, Vila Rubi, Parelheiros, Cidade Dutra, Alvarenga, Vila Atlântica, Jaguaré, Perus, Pera Marmelo, Três Pontes, Azul da Cor do Mar, Butantã, Rosa da China, São Mateus, Três Lagos, Jaçanã, Campo Limpo, Cantos do Amanhecer, Jardim Paulistano, Paz e Anhanguera.

"É a execução completa da reforma desses CEUs que foram feitos há 20 anos atrás, que não passaram por reforma e que agora terão uma reforma geral", garantiu o secretário de Educação, Fernando Padula.

As intervenções terão o prazo de execução de seis meses e preveem revisões elétricas e hidráulicas; tratamento de trincas e rachaduras; recuperação de revestimentos; recomposição de pisos; impermeabilizações; colocação de telhados; instalação de portas e janelas; pintura; execução de muros de arrimo; passeios; demarcação e cobertura de quadras poliesportivas, com colocação de trave de futebol, cesta de basquete e postes para voleibol; sinalização; paisagismo; instalação de novas lousas; playground; e manutenção de piscinas em algumas unidades.

"Em seis meses nós teremos as escolas reformadas e mais bonitas do que já são", afirmou o secretário de Infraestrutura Urbana e Obras, Marcos Monteiro. "Isso é uma preocupação da Prefeitura de São Paulo e de toda a equipe de secretários em entregar equipamentos melhores, de melhorar as condições não só de vida, mas, também, de estudo", completou.

Criado comitê para coordenar plano de recuperação da região central

Depois da sanção da Lei 17.844/2022, que instituiu a Área de Intervenção Urbana (AIU) do Setor Central, a Prefeitura de São Paulo oficializou na sexta-feira (16) a criação do Comitê Intersecretarial denominado #TodosPeloCentro para coordenar as diversas ações municipais para requalificação da região central. A Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) é um dos órgãos municipais a integrar o grupo.

A iniciativa foi publicada no Diário Oficial por meio do Decreto 61.814. Clique aqui para acessar o documento na íntegra.

O Comitê terá como atribuição estabelecer a mútua cooperação entre as secretarias municipais envolvidas no processo de planejamento, implantação, gestão, monitoramento e avaliação das intervenções previstas para o perímetro dos distritos do Bom Retiro, Belém, Pari, Sé, República, Brás e Santa Cecília.

O grupo também ficará responsável pela organização do Fórum de Participação Social, para a contribuição de entidades e organizações da sociedade civil e demais interessados nas atividades previstas para essa região tão importante para o desenvolvimento econômico, social e cultural de São Paulo.

O incentivo à habitação é o grande objetivo da Área de Intervenção Urbana do Setor Central. Com esse novo plano urbanístico, o Município tem a expectativa de atrair cerca de 220 mil novos moradores à região por meio de diversos incentivos estabelecidos em lei, além de arrecadar cerca de R$ 700 milhões com outorga onerosa para investimentos no centro.

A Secretaria Municipal da Casa Civil (SMCC) exercerá a coordenação geral do Comitê. Também farão parte do colegiado as secretarias do Governo Municipal (SGM), de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET), de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB), de Habitação (SEHAB), de Segurança Urbana (SMSU), de Mobilidade e Trânsito (SMT), das Subprefeituras (SMSUB) e do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). As Subprefeituras Sé e Mooca completam a composição do grupo.

Semana MOVE traz mais de 2 mil atividades para combater sedentarismo

A Semana MOVE, que busca combater o sedentarismo e estimular a prática de esportes e atividades físicas, segue até dia 25 de setembro. O evento, que é uma iniciativa da organização International Sport and Culture Association (Isca), reúne dez países da América Latina e é coordenado pelo Sesc São Paulo. O tema desta 10ª edição é "Faz do seu Jeito" e a programação foi dividida em cinco áreas de interesse: zen, academia, esportes, água e criança.

Além dos brasileiros, argentinos, colombianos, costarriquenhos, cubanos, mexicanos, peruanos, dominicanos, uruguaios e venezuelanos são convidados a se engajar na campanha para aderir a um estilo de vida mais ativo e saudável. O evento estimula a participação de países, cidades, instituições, escolas e clubes para motivar comunidades locais de todas as faixas etárias e estratos sociais para a prática de atividade física.

Estão disponíveis cerca de 2 mil atividades, sendo mais de 400 delas em unidades do Sesc São Paulo. A programação terá também vivência e bate-papos com importantes nomes do esporte nacional, cursos, entre outras opções.

Entre os atletas convidados estão nomes como os medalhistas olímpicos do vôlei Serginho (Sesc Guarulhos), Marcelo Negrão (Sesc Santana e Sesc Avenida Paulista) e Rodrigão (Sesc Santo Amaro). Do skate, participam Sandro Dias e Felipe Nunes (Sesc Belenzinho), Karen Feitosa (Sesc Pinheiros e Sesc Belenzinho) e Ricardo Porva (Sesc Vila Mariana).

O Sesc 24 de maio vai receber a campeã mundial e olímpica no judô Rafaela Silva. E o maratonista Vanderlei Cordeiro de Lima vai se apresentar no Sesc Mogi das Cruzes, no interior paulista. A atleta do arremesso de peso Darlan Romaniest estará no Sesc Osasco, na Grande São Paulo.

A categoria MOVE Zen propõe atividades para o desenvolvimento da consciência corporal, concentração e controle respiratório. Yoga, Tai Chi Chuan, Pilates são algumas das modalidades oferecidas ao público. A MOVE Academia propõe aulas abertas e treinos de ginástica multifuncional, condicionamento físico, musculação, treinamento funcional, crossfit, dança, ritmos, bike indoor, entre outras.

No segmento MOVE Esportes, estão as atividades relacionadas à prática de alguma modalidade esportiva, individual ou coletiva. O MOVE Água terá atividades nas piscinas das unidades do Sesc. O MOVE Criança, por sua vez, vai trazer uma série de atividades físico-esportivas e recreativas para esse público. (Agência Brasil)

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
AZ Editores de Jornais, Livros, Revistas Ltda
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Copom inicia sexta reunião do ano para definir juros básicos

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) começou na terça-feira (20), em Brasília, a sexta reunião do ano para definir a taxa básica de juros, a Selic, e pode manter o aperto monetário com mais um aumento na taxa, mas em menor nível do que nos últimos encontros, quando foi elevada em 0,5 ponto. Nesta quarta-feira (21), ao fim do dia, o Copom anunciará a decisão.

Em comunicado após a última reunião, em agosto, o órgão informou que elevaria a taxa em 0,25 ponto nesse encontro de setembro, diante dos riscos de que a inflação fique acima da meta em prazos mais longos. A alta de juros dos bancos centrais dos Estados Unidos e da Europa também pode forçar o BC a um novo aumento.

Entretanto, o colegiado está dividido entre uma elevação para 14% ao ano, ou a manutenção da taxa básica em 13,75% ao ano, como espera o mercado financeiro. De acordo com o boletim Focus, a expectativa é que a Selic termine o ano nesse patamar. Além da reunião desta terça e quarta-feira, o Copom tem mais dois encontros em 2022, em outubro e dezembro.

A queda da inflação nos últimos dois meses também reforçou a previsão das instituições financeiras pela manutenção da Selic. Em julho, houve deflação de 0,68% e, em agosto, de 0,36%. Com esse último resultado, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA – a inflação oficial do país) acumula alta de 4,39% no ano e de 8,73% em 12 meses.

Taxa Selic

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas da economia. Ela é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. O BC atua diariamente por meio de operações de mercado aberto – comprando e vendendo títulos públicos federais – para manter a taxa de juros próxima do valor definido na reunião.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas também podem conter a atividade econômica. Ao reduzir a Selic, a tendência é de que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica.

Entretanto, as taxas de juros do crédito não variam na mesma proporção da Selic, que é apenas uma parte do custo do crédito. Os bancos também consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

O Copom reúne-se a cada 45 dias. No primeiro dia do encontro, são feitas apresentações técnicas sobre a evolução e as perspectivas das economias brasileira e mundial e o comportamento do mercado financeiro. No segundo dia, os membros do Copom, formado pela diretoria do BC, analisam as possibilidades e definem a Selic.

Meta de inflação

Para 2022, a meta de inflação que deveria ser perseguida pelo BC, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,5%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2% e o superior é 5%. Para 2023 e 2024, as metas são 3,25% e 3%, respectivamente, com o mesmo intervalo de tolerância.

No último Relatório de Inflação, divulgado no fim de junho pelo Banco Central, a autoridade monetária admitiu, oficialmente, o estouro da meta de inflação em 2022. No documento, a estimativa é que o IPCA atingirá 8,8% em 2022. O próximo relatório, já com a contabilização das últimas deflações, será divulgado na semana que vem, dia 29.

A projeção do mercado é de uma inflação fechando o ano em 6%, de acordo com o boletim Focus da última segunda-feira (19). Há 12 semanas consecutivas as instituições financeiras vêm reduzindo a previsão. (Agencia Brasil)

Anvisa aprova registro de teste para varíola dos macacos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou na terça-feira, (20) o primeiro registro, no Brasil, de teste para diagnóstico de varíola dos macacos. O kit molecular, fabricado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), detecta regiões genômicas dos vírus Orthopox, Monkeypox e Varicella Zoster.

Segundo a Anvisa, o produto baseia-se em tecnologia de PCR em Tempo Real e é indicado para o processamento de amostras clínicas. Para conceder o registro, a agência analisou requisitos técnicos que incluem o desempenho clínico e o gerenciamento de risco, que servem para garantir adequabilidade do teste ao uso proposto.

"A avaliação do pedido de registro pela Anvisa levou 39 dias, incluindo 17 dias utilizados pela empresa solicitante para atender as exigências técnicas feitas pela agência. A avaliação dos testes para monkeypox ocorre em regime de prioridade na agência, conforme decisão da diretoria colegiada", informou o órgão.

A publicação do registro consta na edição de terça-feira do Diário Oficial da União. A disponibilidade do produto no mercado, de acordo com a Anvisa, depende da empresa detentora do registro. (Agencia Brasil)

Recuo da inflação pode fazer juros caírem em 2023, diz ministro

O ciclo de alta de juros no Brasil está perto do fim, disse na segunda-feira (19) o ministro da Economia, Paulo Guedes. Em congresso da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), ele afirmou que o recuo da inflação deve fazer as taxas caírem em 2023, beneficiando o setor produtivo.

"Como o nosso Banco Central já subiu juros desde o ano passado, este ano deve estar se completando o processo de alta. Daqui para a frente, à medida que a economia vai avançando e a inflação vai cedendo, mesmo com algum grau de resistência, o que vamos observar para o ano que vem possivelmente são os juros descendo", declarou o ministro.

De acordo com Guedes, a situação fiscal do país está consolidada, com a arrecadação crescendo mesmo com as desonerações promovidas neste ano. Ele reiterou que a política monetária brasileira está à frente de outros países, com o Brasil tendo aumentado os juros antes do resto do mundo e com a possibilidade de começar a diminuir as taxas antes dos demais países.

O ministro reafirmou que a gestão atual trabalha com uma taxa de equilíbrio que inclua juros mais baixos e câmbio de equilíbrio mais alto. Para ele, a manutenção do dólar acima de R$ 5 é mais realista no médio prazo. "A taxa de câmbio é mais realista agora. Com a política fiscal mais forte, o juro neutro é mais baixo e o câmbio de equilíbrio é mais alto. Todo bom economista sabe disso e reconhece isso", afirmou.

Guedes deu as declarações na semana em que o Comitê de Política Monetária (Copom) se reúne para decidir se mantém a taxa Selic (juros básicos da economia) em 13,75% ao ano ou se a eleva para 14%. Há algumas semanas, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que o órgão não pensa em queda de juros neste momento e que a inflação ainda não está sob controle.

IPI

Segundo o ministro, o dólar mais alto e a desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ajudarão a indústria daqui para a frente. "Essas duas lâminas que cortavam a indústria, juros altos e câmbio subvalorizado, já foram removidas. Agora estamos atacando a ferramenta de desindustrialização em massa que é o IPI. Cortamos 35% das alíquotas", disse.

Guedes declarou ainda que uma eventual reforma permitirá ao Brasil tributar dividendos e corrigir a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. Em relação ao Mercosul, o ministro afirmou que a redução da Tarifa Externa Comum está congelada até que outros impostos sejam reduzidos. Acrescentou que o governo está comprometido com a proteção da indústria brasileira no fechamento de novos acordos comerciais. (Agencia Brasil)

Texto que viabiliza piso da enfermagem pode ser votado semana que vem

O Senado pretende votar antes do primeiro turno das eleições o Projeto de Lei Complementar 44/2022, que permite que estados e municípios possam realocar recursos para o combate à covid-19 para outros programas na área da saúde. A proposta, que tem o apoio da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), pode liberar cerca de R$ 27,7 bilhões não utilizados e, com isso, viabilizar o pagamento do piso salarial dos enfermeiros, suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A informação foi dada na terça-feira (20) pelo relator geral do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), após reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

"A nossa ideia é aprovar esse PLP já na próxima semana. Então, rapidamente a gente aprova isso, já antes da eleição, para dar um sustento, um reforço ao orçamento dos estados e dos municípios", disse Castro.

Em reunião com líderes do Senado na manhã da segunda-feira (19), o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, apresentou outros três projetos selecionados pela consultoria do Senado para tentar viabilizar o piso da enfermagem. Vistos como solução no longo prazo, estão sendo estudados o PL 798/21, que reedita o programa de repatriamento de recursos; o PL 458/21, que trata da atualização patrimonial, além do PL 1417/21, que prevê auxílio financeiro emergencial para as santas casas e hospitais filantrópicos.

Outra proposta apresentada pelo líder da minoria na Casa, Jean Paul Prates (PT-RN), sugere que as emendas de relator, as RP 9, sejam utilizadas para custear o piso para os servidores municipais e estaduais da categoria. Na avaliação de Prates, a medida é a solução mais rápida para o impasse.

O piso salarial para enfermeiros foi aprovado pelo Congresso Nacional no valor de R$ 4.750, sendo 70% desse valor - R$ 3.325 - aos técnicos de enfermagem; e 50% - R$ 3.325 - aos auxiliares de enfermagem e parteiras. (Agencia Brasil)

ANS determina que planos cubram teste para varíola dos macacos

O teste para diagnóstico da varíola dos macacos foi incluído pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) no rol de procedimentos que devem ter cobertura garantida por planos de saúde privados. A medida consta em uma nova resolução normativa aprovada na segunda-feira (19).

Conhecida internacionalmente como monkeypox, a varíola dos macacos é endêmica em regiões da África e se tornou uma preocupação sanitária devido a sua disseminação por diversos países desde maio. No Brasil, já são 7.019 casos e duas mortes, segundo dados divulgados na terça-feira (20) pelo Ministério da Saúde.

Conforme a resolução normativa, os planos deverão cobrir os testes dos beneficiários que apresentarem indicação médica. O exame é realizado a partir de amostras de fluidos coletados diretamente de lesões que se manifestam na pele, usando um swab (cotonete estéril) seco. As análises permitem detectar a presença do vírus que causa a doença.

Segundo nota divulgada pela ANS, a incorporação do teste faz parte do processo dinâmico de revisão do rol, que já foi modificado 12 vezes em 2022, garantindo a cobertura obrigatória de 11 procedimentos e 20 medicamentos. No ano passado, foram aprovadas alterações no processo de atualização. Até então, a lista era renovada a cada 2 anos. Com a mudança, as propostas passaram a ser analisadas de forma contínua pela área técnica da ANS, que avalia critérios variados como os benefícios clínicos comprovados, o alinhamento às políticas nacionais de saúde e a relação entre custo e efetividade.

"A inclusão do exame complementar na lista de coberturas obrigatórias foi feita de forma extraordinária, diante do cenário da doença que, atualmente, põe o Brasil entre os seis países com o maior número de casos confirmados em todo o mundo", registra a nota divulgada pela ANS.

Transmissão

Há duas cepas conhecidas da varíola dos macacos. Uma delas, considerada mais perigosa por ter uma taxa de letalidade de até 10%, é endêmica na região da Bacia do Congo. A outra, que tem uma taxa de letalidade de 1% a 3%, é endêmica na África Ocidental e é a que tem sido detectada em outros países nesse surto atual. Ela produz geralmente quadros clínicos leves e é causada por um poxvírus do subgrupo orthopoxvírus, assim como ocorre por outras doenças como a cowpox e a varíola humana, erradicada no Brasil em 1980 após campanhas massivas de vacinação.

A varíola dos macacos foi descrita pela primeira vez em humanos em 1958. Na época, também se observava o acometimento de macacos, que morriam. Vem daí o nome da doença. No entanto, no ciclo de transmissão, eles são vítimas como os humanos. Na natureza, roedores silvestres provavelmente representam o reservatório animal do vírus.

Entre pessoas, a transmissão ocorre por contato direto, como beijo ou abraço, ou por feridas infecciosas, crostas ou fluidos corporais, além de secreções respiratórias. O tempo de incubação do vírus varia de 5 a 21 dias. O sintoma mais característico é a formação de erupções e nódulos dolorosos na pele. Também podem ocorrer febre, calafrios, dores de cabeça, dores musculares e fraqueza.

Sintomas

Após a contaminação, os primeiros sintomas aparecem entre 6 e 16 dias. As lesões progridem para o estágio de crosta, secando e caindo após um período que varia entre 2 e 4 semanas. O maior risco de agravamento envolve pessoas imunossuprimidas com HIV/Aids, transplantados, pessoas com doenças autoimunes, gestantes, lactantes, crianças com menos de 8 anos de idade e pacientes com leucemia, linfoma ou metástase.

As primeiras ocorrências desse surto internacional teve início em maio na Europa e nos Estados Unidos. Segundo o último boletim da Organização Mundial da Saúde (OMS), divulgado em 7 de setembro, já foram notificados 52.996 em 102 países. Foram relatadas 18 mortes. Em julho, a OMS declarou a varíola dos macacos como emergência de saúde pública de interesse internacional.

Não existe um tratamento específico para a doença. Como prevenção, a pessoa acometida deve ficar isolada até que todas as feridas tenham cicatrizado. Também é recomendado evitar contato com qualquer material que tenha sido usado pelo infectado. Outra medida indicada pelas autoridades sanitárias é a higienização das mãos, lavando-as com água e sabão ou utilizando álcool gel.

Embora as vacinas para a varíola humana sejam eficazes para combater o surto da varíola dos macacos, não há, por enquanto, previsão quanto a uma campanha para imunização em massa, tendo em vista a necessidade de produção de doses em escala mundial. Conforme recomenda a OMS, devem ter prioridade profissionais de saúde e pesquisadores laboratoriais. Em agosto, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) deu aval para que o Brasil importe o imunizante. (Agencia Brasil)

Prazo para pedir 2ª via do título de eleitor termina na quinta-feira

O eleitor que perdeu o título eleitoral ou teve o documento extraviado tem até esta quinta-feira (22), 10 dias antes do primeiro turno do pleito, para solicitar a segunda via no cartório eleitoral da zona onde tem cadastro.

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para a emissão da segunda via do título o eleitor deve estar quite com a Justiça Eleitoral, ou seja, não poderá ter débitos pendentes, como multas por ausência às urnas ou aos trabalhos eleitorais – como o de mesário –, ou ainda multas em razão de violação de dispositivos do Código Eleitoral.

Neste ano, o eleitor com situação regular na Justiça Eleitoral poderá imprimir o título diretamente na ferramenta Autoatendimento do Eleitor, no Portal do TSE na internet, no campo "Imprimir o título eleitoral".

Documentos

O título eleitoral não é o único documento que dá direito à participação nas eleições. As pessoas aptas a votar podem se apresentar à mesa de votação com qualquer documento oficial com foto, como a carteira de identidade, a carteira de trabalho, a carteira de motorista ou o passaporte, por exemplo.

Há ainda a opção de levar a versão digital do título eleitoral, o e-Título, que pode ser obtido gratuitamente por meio de aplicativo para dispositivos móveis nas lojas virtuais Apple Store e Google Play.

O e-Título também possibilita a apresentação de justificativa eleitoral e oferece uma série de serviços e informações, como a emissão das certidões de quitação eleitoral e de crimes eleitorais; o acesso e a emissão de guia para o pagamento de multas; a consulta ao local de votação; e a inscrição como mesário voluntário, entre outros. (Agencia Brasil)

Jornal O DIA SP

Estudo da Fiocruz Bahia destaca desigualdades na mortalidade infantil

Estudo liderado pelo Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs) da Fundação Oswaldo Cruz da Bahia (Fiocruz Bahia) ressalta desigualdades profundas na mortalidade infantil no Brasil. A pesquisa, que serviu de base para artigo publicado na edição de outubro do The Lancet Global Health, revela que as crianças indígenas têm 14 vezes mais chances de morrer de diarreia. O risco é 72% maior entre crianças pretas quando comparado com as chances das nascidas de mães brancas.

De janeiro a agosto de 2019, 16 crianças indígenas de Alto do Rio Purus, no Acre, morreram de diarreia – a mais nova tinha um mês de vida. De acordo com a Fiocruz Bahia, a ciência mostra que esta não é uma crise rápida, mas uma condição crônica decorrente das condições de vida e saúde das crianças indígenas brasileiras.

Da mesma forma que ocorre com os idosos, as crianças menores de 5 anos são mais suscetíveis aos riscos decorrentes do lugar em que vivem, da qualidade da água, da falta de acesso a saneamento básico e a serviços de saúde e da escolaridade, entre outros fatores.

Para a pesquisadora associada ao Cidacs/Fiocruz Bahia que liderou o estudo, Poliana Rebouças, o fato de ser criança e a etnia fazem diferença entre viver ou morrer. "O racismo opera como fator que vai determinar as condições de vida da criança, os anos de escolaridade da mãe, o local em que nasce, por isso, é importante ser considerado", disse Poliana.

A pesquisa analisou 19.515.843 milhões de crianças nascidas entre 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2018, em dados coletados do Sistema de Nascidos Vivos (Sinasc), e conferiu quantas e quais delas também apareceram no Sistema de Mortalidade (SIM). Os dados extraídos em 2020 constataram que 224.213 crianças menores de 5 anos foram encontradas no SIM. O que o estudo indica é que essas mortes, muitas vezes, ocorrem por causas evitáveis, como diarreia, desnutrição, pneumonia e gripe, afirmou Poliana.

Quanto ao risco avaliado, foi usado como base de comparação o grupo das crianças nascidas de mães brancas, no mesmo período, sempre em relação a outros grupos, como o de crianças de mães pretas ou pardas. No caso das crianças filhas de mães pretas, há 39% mais risco de morte antes dos 5 anos. Para crianças filhas de mães pretas, quando se pensa na causa da morte, há duas vezes mais risco de ocorrer por má nutrição.

A pesquisa verificou também que as causas mais associadas à morte de crianças menores de 5 anos são diarreia, má nutrição e pneumonia. Se a diarreia afeta 14 vezes mais a vida das crianças indígenas, a má nutrição chega a 16 vezes e a pneumonia, a sete. Entre as mulheres pretas, também há risco de perda dos filhos por essas causas. Os riscos foram quantificados em 72% (diarreias), 78% (pneumonia) e 2 vezes mais (má nutrição), em comparação com os de crianças nascidas de mães brancas. Quando se avaliam causas acidentais, o estudo indica que crianças filhas de mães pretas têm 37% mais riscos de morrer do que as de mães brancas. Entre os indígenas, o risco aumenta para 74%.

Avaliando o status de relacionamento dessas mães, verificou-se que 52% das pretas eram solteiras, contra 43% das indígenas, 45% das pardas e 36% das brancas. Além de vivenciarem mais a maternidade sozinhas, elas integram uma fatia importante das que têm quatro filhos, ou seja, três filhos vivos na hora do parto, mais o que está nascendo. Esse grupo é liderado pelas indígenas, que têm mais filhos: elas são 34%, as pretas, 14%, as pardas, 12%, e as brancas, 6%.

Segundo a pesquisa da Fiocruz Bahia, um fator importante para a sobrevivência de mães e crianças é que realizem pelo menos seis consultas de pré-natal. O grupo que menos esteve sob esses cuidados de saúde foi o das mães indígenas, das quais quase um terço (29%) fez metade do recomendado pelas organizações de saúde. A proporção entre pretas e pardas foi igual (11%) e, entre as brancas, de 5%. O estudo reforça o que já foi documentado em outras pesquisas: as desigualdades raciais das barreiras de acesso aos serviços de saúde materna e as graves consequências para a saúde materno-infantil.

O estudo evidencia a falta de recursos para reduzir as desigualdades étnico-raciais entre as populações indígenas, negras, pardas e pretas, o que resulta em uma realidade desfavorável para tais grupos. A pesquisadora Poliana Rebouças lembrou que já existem as políticas Nacional de Saúde Integral do Povo Indígena desde 2002 e Nacional de Saúde Integral da População Negra desde 2006, mas destacou a necessidade de mais recursos para que sejam implementadas. "O estudo mostra essa necessidade", afirmou.

A pesquisa evidencia que, no Brasil, mães negras, pardas ou pretas e indígenas vivem em condições desfavoráveis, têm menos escolaridade, menor frequência ou início tardio do pré-natal e residem mais longe dos serviços de saúde durante o parto. Tais circunstâncias de vida geram maior risco de desfechos negativos, como baixo peso ao nascer, nascer pequeno para a idade gestacional, prematuridade e aumento da incidência de doenças evitáveis, o que eleva o risco de mortalidade infantil.

A prematuridade também é fator prevalente entre as crianças indígenas e está presente em 15% dos nascimentos. Isso significa que, para cada dez bebês, mais de um nasceu antes do tempo, o que afeta diretamente o seu desenvolvimento. Esses bebês indígenas nasceram com menos de 2,5 quilos em 90% dos casos, atesta a pesquisa. (Agencia Brasil)

Brasil tem "economia em plena recuperação", diz presidente na ONU

O presidente Jair Bolsonaro disse na terça-feira (20) que, apesar da crise mundial, o Brasil chega ao final de 2022 com uma "economia em plena recuperação". Ao abrir a sessão de debates da 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), Bolsonaro destacou os bons números da economia do país, como a queda da inflação e do desemprego, e a implementação de reformas para a atração de investimentos.

"Levamos adiante uma abrangente pauta de privatizações e concessões, com ênfase na infraestrutura", disse. "Em 2021, o Brasil foi o quarto maior destino de investimento estrangeiro direto do mundo. Nosso comércio exterior alcançou a marca histórica de 39% do PIB, Produto Interno Bruto, soma dos bens e serviços produzidos no país, mesmo diminuindo ou zerando impostos de milhares de produtos. No plano interno, também estamos batendo recordes em três áreas: arrecadação fiscal, lucros das empresas estatais e relação entre dívida pública e PIB", completou.

Em seu discurso, Bolsonaro citou as obras do projeto de transposição do Rio São Francisco e a adoção de novos marcos regulatórios, como o do saneamento básico, o das ferrovias e o do gás natural. Além disso, falou sobre projetos que visam à melhoria do ambiente de negócios, como a Lei de Liberdade Econômica e a Lei de Start-ups.

"A economia voltou a crescer. A pobreza aumentou em todo o mundo sob o impacto da pandemia. No Brasil, ela já começou a cair de forma acentuada. Os números falam por si só. A estimativa é de que, no final de 2022, 4% das famílias brasileiras estejam vivendo abaixo da linha da pobreza extrema. Em 2019, eram 5,1%. Isso representa uma queda de mais de 20%", disse.

O presidente também celebrou a queda no preço dos combustíveis e da energia elétrica. "Quero ressaltar que o custo da energia não caiu por causa de tabelamento de preços ou qualquer outro tipo de intervenção estatal. Foi resultado de uma política de racionalização de impostos formulada e implementada com o apoio do Congresso Nacional", disse.

Em junho, foi sancionada a lei que prevê a incidência, por uma única vez, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis, inclusive importados, energia elétrica, comunicações e transportes coletivos.

Segundo Bolsonaro, diante desse "esforço de modernização da economia brasileira", o país está avançando para o seu ingresso como membro pleno da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Ao falar sobre meio ambiente, o presidente destacou a transição energética promovida pelo Brasil e os crescentes investimentos na produção de energia limpa. "O Brasil começou sua transição energética há quase meio século, em reação às crises do petróleo daquela época. Hoje, temos uma indústria de biocombustíveis moderna e sustentável. Indústria que contribui para a matriz energética mais limpa entre os países do G20", disse.

Segundo ele, o país tem capacidade para ser um grande exportador mundial de energia limpa. "Contamos com um excedente, já em construção, que pode chegar a mais de 100 gigawatts entre biomassa, eólica terrestre e solar, além da oportunidade, ainda não explorada, de eólicas marítimas de 700 gigawatts, com um dos menores custos de produção do mundo. Essas fontes produzirão hidrogênio verde para exportação. Parte desta energia 100% limpa abre a possibilidade de sermos fornecedores de produtos industriais altamente competitivos, especialmente no Nordeste brasileiro, com uma das menores pegadas de carbono do mundo", destacou.

Para o presidente brasileiro, a solução para o conflito na Ucrânia será alcançada pela negociação e pelo diálogo. "Nas Nações Unidas e em outros foros, temos tentado evitar o bloqueio dos canais de diálogo, causado pela polarização em torno do conflito. É nesse sentido que somos contra o isolamento diplomático e econômico", disse, destacando sua preocupação com as consequências do conflito, como a alta nos preços mundiais de alimentos, de combustíveis e de outros insumos.

"Esses impactos nos colocam a todos na contramão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Países que se apresentavam como líderes da economia de baixo carbono agora passaram a usar fontes sujas de energia. Isso configura um grave retrocesso para o meio ambiente", disse. "Apoiamos todos os esforços para reduzir os impactos econômicos desta crise. Mas não acreditamos que o melhor caminho seja a adoção de sanções unilaterais e seletivas, contrárias ao direito internacional. Essas medidas têm prejudicado a retomada da economia e afetado direitos humanos de populações vulneráveis, inclusive em países da própria Europa", completou.

O presidente defendeu uma reforma da ONU, especificamente do Conselho de Segurança. "Após 25 anos de debates, está claro que precisamos buscar soluções inovadoras", defendeu. No biênio 2022-2023, o Brasil ocupa um assento não permanente na entidade.

Bolsonaro chegou na noite de segunda-feira (19) a Nova York para o debate geral anual, ocasião em que líderes mundiais se reúnem na sede da ONU para discutir questões globais. As sessões de alto nível vão até a próxima segunda-feira (26).

Tradicionalmente, cabe ao presidente do Brasil fazer o discurso de abertura da Assembleia Geral. O tema deste ano do debate geral e da 77ª sessão da assembleia é "Um momento divisor de águas: soluções transformadoras para desafios interligados". Antes da sua participação, Bolsonaro se reuniu com o secretário-geral da ONU, António Guterres, e se encontrou com o presidente do Equador, Guillermo Lasso. (Agencia Brasil)

Advogado do Consumidor

Conheça seus Direitos

Noções Básicas do Direito do Consumidor

Em primeiro lugar, se encontra firmado na Constituição brasileira (art. 5o, inciso XXXII, CB), que o Estado deve promover, na forma da lei, a defesa do consumidor (direito humano fundamental do consumidor).

Tal previsão foi regulamentada com a Lei Federal n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). Isto tem por meta proteger a pessoa humana no contexto dos interesses produtivos, por meio da edição de normas obrigatórias, de caráter público, não renunciáveis pelas partes. Com isso, pode-se afirmar a previsão pela Constituição brasileira da intervenção do Estado na esfera privada para proteger o consumidor.

Igualmente, a defesa do consumidor se trata de um princípio da Ordem Econômica da Constituição brasileira (art. 170, inciso V, da CB). Desse modo, busca garantir a todos uma vida digna, de acordo com os preceitos da justiça social, de modo a coibir abusos que o Capitalismo, com fundamento na livre-iniciativa do mercado, poderia ocasionar no âmbito do consumo.

Dessa forma, as normas do Código de Defesa do Consumidor (CDC) devem ser aplicadas diretamente pelo juiz. Com isso, não se deve aplicar a Súmula n. 381 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), qual seja: "Nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer de ofício, da abusividade das cláusulas".

Tal súmula é, portanto, não compatível com o art. 1o do CDC. Tal dispositivo legal, por sua vez, garante que as regras de proteção ao consumidor são de caráter público e interesse social.

Ao comprar um pão na padaria da esquina, realizamos um contrato de consumo. Ao tomarmos um ônibus, realizamos um contrato de prestação de serviço de consumo. Assim, não raro deixamos de realizar na vida contratos de consumo. Essencialmente, todos se tornam consumidores, em relações jurídicas.

Tendo isso em vista, o art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT/CF), determinou que o Congresso Nacional, em 120 dias da promulgação da Constituição de 1988, criasse um Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Portanto, o diploma legal não é somente um rol de normas que regula os interesses de um grupo particular de indivíduos. Isto porque todos podem se enquadrar ao conceito de consumidor.

Para tanto, antes de encerrarmos, não custa deixar de registrar o conceito de consumidor: "Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final" (art. 2o, CDC).

Daí os elementos da relação jurídica de consumo: 1) partes (elemento subjetivo) - consumidor e fornecedor; 2) objeto (elemento objetivo) - produto / serviço; e 3) finalístico - o consumidor tem de ser o destinatário final do produto / serviço.

Em tempo, o consumidor poder se tratar de pessoa física, jurídica e, ainda, a coletividade. O art. 2o, do CDC, em seu parágrafo único, dispõe o consumidor por equiparação: "Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo".

Finalmente, expomos o conceito de fornecedor, de modo a encerrar definitivamente esta análise. Prevê o art. 3o, do CDC: "Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços".

Nicholas M. Merlone - Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor.
Instagram: @nicholasmmerlone /
Contato: nicholas.merlone@gmail.com

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1037206-72.2016.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniela Cláudia Herrera Ximenes, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Adriano Romeu, RG 23.064.778-9, CPF 072.540.318-77, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sociedade Educacional Bricor Ltda., objetivando a cobrança de R$ 12.887,22 (novembro/2016), decorrente do inadimplemento dos serviços educacionais prestados nos anos letivos de 2012 e 2013. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de abril de 2022.

EDITAL DE INTIMAÇÃO-PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº **1020111-52.2018.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 22ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Luciana Novakoski Ferreira Alves de Oliveira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER que nos autos da ação de Execução de Título Extrajudicial, movidos por Edifício Emilia, foi deferida a intimação por edital de Vagner Antonelli CPF 012.623.078-13, que se encontra em lugar ignorado, da penhora sobre metade dos direitos creditórios decorrentes da promessa de compra e venda de unidade imobiliária autônoma, matrícula 19.282, 7º CRI/SP., tendo o prazo de 15 dias para impugnação, contados a partir do prazo do edital de 20 dias. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de julho de 2022. [20,21]

NOTIFICAÇÃO. Prazo 20 dias. Proc. **1131455-33.2021.8.26.0100**. O Dr. Andre Augusto Salvador Bezerra, Juiz de Direito da 42ª Vara Cível, Foro Central Cível/SP. Faz saber a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que nos autos de cautelar de protesto contra alienação de bens, requerida por Sylvia Maria Silveira de Salles, contra Fortaleza SPE de Incorporação Imobiliária Ltda CNPJ 15.312.932/0001-47, expede-se o presente edital para o notificado abster-se de alienar ou onerar seus bens, inclusive do Residencial Fortaleza. Deferida e realizada a notificação ou interpelação os autos serão entregues ao requerente (art.729 - CPC). E para que chegue ao conhecimento de todos e de futuro não aleguem ignorância o presente edital será, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 30 de março de 2022. [20,21]

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos autos do PROC. Nº **1033185-61.2022.8.26.0053**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 11ª Vara de Fazenda Pública, do Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes, Estado de São Paulo, Dr(a). Fausto Dalmaschio Ferreira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE que o(a) COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ move uma Desapropriação-Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 de Desapropriação contra Maria Aparecida Pires Polettini, Dalize Pires da Silva, Valdir Barbosa da Silva,Hilário Pires, Emilice Ribeiro Soares Pires, Luiza Moira Pires Lousa, Fausto Lousa, Fabiana Polettini Raposo, Cézar Luiz Raposo, Tatiana Polettini Zinik, Cláudio Zinik, Juliana Polettini Rodrigues e Jefferson Leiber Rodrigues, objetivando o imóvel da Avenida Ragueb Chohfi, nº 3345/3349/3353/3357, Vila Eugênia, São Paulo/SP, CEP 08341-420, contribuinte nº 194.115.0015-2, declarado utilidade pública pelo Decreto Estadual nº 65.968 de 30 de agosto de 2021. Para o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27 de julho de 2022. [20,21]

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos autos do PROC. Nº **0033943-26.2009.8.26.0053**. O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara de Fazenda Pública, do Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes, Estado de São Paulo, Dr. ANTONIO AUGUSTO GALVÃO DE FRANÇA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE que a COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ move uma ação de Desapropriação contra Danilo Ventura Uchida - RG 10.164.724 SSP/SP - CPF 053.257.208-48; Gran Bel Promoções Ltda ? CNPJ 02.021.036/0001-10; Joana Aleyde Pontes Kassis ? RG 9.474.665-5 SSP/SP ? CPF 221.875.058-90; e Rafik Jean Kassis ? RG 4.346.874 SSP/SP ? CPF 399.004.798-15, objetivando o imóvel que se situa à Avenida Jornalista Roberto Marinho, n.º 4.120 ? São Paulo ? Capital, com área de 1.043m², contribuinte n.º 085.102.0292-3, declarado de utilidade pública conforme Decreto Estadual nº 54.069, datado de 27 de fevereiro de 2009. Para o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de julho de 2022. [20,21]

COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL - 2ª VARA CÍVEL - Praça João Mendes s/nº - 12º andar - sala 1202 - Centro - CEP 01501-900 - Fone: (11) 3538-9559 - E-mail: upj1a5cv@tjsp.jus.br - **EDITAL de INTIMAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **0024110-25.2021.8.26.0100**. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, **Dr. TOM ALEXANDRE BRANDÃO**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **SUELI GONÇALVES DIAS** (CPF 178.380.098-47), atualmente em lugar incerto e não sabido, que pelo presente, expedido nos autos de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** movido por **ICOMON TECNOLOGIA LTDA.**, fica **INTIMADO** para, no prazo de **15 dias**, a fluir após os **20 dias** supra, **PAGAR** o **DÉBITO** de R$2.327,29 (junho/2021) a ser atualizado e acrescido das cominações legais, **SOB PENA** de **ACRÉSCIMO** de **MULTA** de 10% e de **HONORÁRIOS** de 10% (art. 523, § 1º do CPC/2015), os quais incidirão sobre o restante, caso pague parcialmente, prosseguindo-se o feito com a penhora de bens e avaliação. Fica ciente também que não pagando, inicia-se o prazo de 15 dias para **IMPUGNAÇÃO**, **independentemente** de **penhora** ou **nova intimação** (art. 525 do CPC). Será o presente afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de setembro de 2022.

20 e 21/09

14ª Vara Cível Foro Central Cível-SP. Este Juízo FAZ SABER a MANOEL GASPAR JUNIOR, CPF 060.602.268-68, domiciliado em local incerto e não sabido, que lhe foi movida Ação EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL por Condominio Edificio Montreal, alegando em síntese: a parte ré lhe R$ 3.458,44 (dezembro de 2021). Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente pagamento ou oferte defesa nos termos legais. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 2 0 dias. São Paulo-SP. J - 20 e 21/09

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0031214-34.2022.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 18ª Vara Cível, do Foro Central, Estado de São Paulo, Dr(a). Caramuru Afonso Francisco, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **PAULO ROBERTO DELLOSO CAMARGO**, Brasileiro, RG 12865373, CPF 094. 039.508-89, com endereço à Rua Professor Tulio Ascarelli, 213, casa 03, Vila Madalena, CEP 0544 9-020, São Paulo – SP, que por este Juízo, trami- ta de uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Sistema Integrado de Educação e Cultura Ltda. S/C SINEC. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decur- so do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 5.772,26 (junho 2022), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de agosto de 2022. 21 e 22.09

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1014244-26.2014.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Clenson Faccipieri Silva, CPF 311.691.328-55, que lhe foi proposta uma ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária por parte de Banco Itaucard S.A, relativa ao veículo marca Honda, tipo Fit (New) (FL) LX-AT 1.4 16v, vermelho, ano/modelo 2013/2014, placa FJM2116, chassi 93HGE6850EZ104903, apreendido em 23.07.2015, haja vista o inadimplemento do contrato de financiamento nº 30410-768366916. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 05 dias, pague a integralidade da dívida pendente, podendo, no prazo de 15 dias, oferecer resposta, ambos a fluir após o decurso do prazo de 20 dias deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de agosto de 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1017690-55.2019.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Tom Alexandre Brandão, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a RICARDO MOURÃO RIBEIRO, CPF 391.543.378-01, que lhe proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Itaú Unibanco S/A, objetivando a cobrança de R$ 94.265,86 (junho/2021), referente ao inadimplemento do contrato nº 126.488.790, anexo aos autos. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para, em 03 dias, efetuar o pagamento integral da dívida atualizada ou oferecer bens (suficientes) à penhora, sob pena de penhora de bens e sua avaliação; podendo, no prazo de 15 dias, oferecer embargos, ambos a fluir após o prazo de 20 dias deste edital. No prazo para embargos, poderá o executado requerer seja admitido o parcelamento do débito, nos termos do art. 916, do CPC. Pelo presente, fica também intimado acerca do bloqueio realizado, via SISBAJUD, da quantia de R$ 2.462,09, em conta(s) bancária(s) de sua titularidade, para, no prazo de 05 dias, comprovar a impenhorabilidade da referida quantia, sob pena de converter-se a indisponibilidade em penhora (art. 854, do CPC). Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 29 de agosto de 2022.

2ª VARA CÍVEL DA CAPITAL-SP – FORO CENTRAL

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1072150-07.2020.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Tom Alexandre Brandão, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **HUI SANG LEE**, comerciante, RG Y068291-A, CPF 118.750.368-07, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de **JULIO HIROMITSU ONO**, objetivando o recebimento da quantia de **R$ 50.248,75 (05/2021)**, decorrente da inadimplência dos aluguéis e encargos do imóvel sito à Rua dos Bandeirantes, nº 300, sala 02, Fundos. Encontrando-se o executado em lugar ignorado, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que em 03 dias, pague o débito atualizado ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 06 parcelas mensais, atualizadas, acrescidas de 1% de juros ao mês, no caso de pagamento dentro do tríduo, a verba honorária será reduzida pela metade, prazos estes que começarão a fluir após os 20 dias supra, sob pena de penhora e avaliação de bens. Decorridos os prazos supra, no silêncio, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de julho de 2022.

TS Infraestrutura e Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 37.514.042/0001-50 - NIRE 35.300.552.008

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial - Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Valores Expressos em Reais)

ATIVO	NOTA	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021
CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	19.800.355	27.005.417	22.522.014
Clientes	5	56.729.224	20.070.327	56.729.224
Ativo de Contrato	5.1	-	-	2.734.976
Estoques	6	7.688.454	-	7.688.454
Adiantamento a Fornecedores		11.947.021	4.149.047	11.947.021
Impostos a Recuperar	10	4.248.601	1.057.552	4.267.236
Outros Créditos	7	5.524.130	5.996.283	5.524.130
Despesas Antecipadas	8	3.728.229	-	4.720.927
		109.666.014	**58.278.626**	**116.133.982**
NÃO CIRCULANTE				
Ativo Realizável Longo Prazo		**36.627.610**	**18.866.787**	**63.058.869**
Partes Relacionadas	9	36.627.610	18.866.787	36.627.610
Ativo de Contrato	5.1	-	-	26.431.259
Investimentos	11	1.901.033	-	-
Imobilizado	12	576.316	5.646	576.316
Intangível	12	23.244.351	23.196.546	24.942.787
		62.349.310	**42.068.979**	**88.577.972**
TOTAL DO ATIVO		**172.015.324**	**100.347.605**	**204.711.954**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021
CIRCULANTE				
Fornecedores	13	16.277.321	5.914.690	17.621.580
Empréstimos e Financiamentos	14	26.402.537	16.476.836	47.949.675
Adiantamento de Clientes	15	47.745.478	18.903.555	46.745.478
Tributos a Recolher	16	5.263.730	4.030.721	5.541.768
Obrigações Sociais	16	2.764.395	1.618.587	2.764.395
Outras Contas a Pagar		143.951	320.299	740.504
		98.597.412	**47.264.688**	**121.363.400**
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos	14	27.521.598	22.836.775	27.521.598
Tributos a Recolher	16	2.151.812	-	2.201.607
Partes Relacionadas	9	2.835.255	11.078.880	2.835.255
Adiantamento de Clientes	15	14.421.630	-	14.421.630
Tributos Diferidos	23	773.302	-	5.045.173
Outras Obrigações	17	-	-	5.614.001
		47.703.597	**33.915.655**	**57.639.264**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	18	27.736.468	19.904.357	27.736.468
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	18.1	900.000	3.832.111	900.000
Prejuízos Acumulados	18.2	(2.922.153)	(4.569.206)	(2.922.153)
Patrimônio Líquido Atribuído aos Acionistas		**25.714.315**	**19.167.262**	**25.714.315**
Participação dos Acionistas não Controladores		-	-	**(5.025)**
Total do Patrimônio Líquido		**25.714.315**	**19.167.262**	**25.709.290**
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**172.015.324**	**100.347.605**	**204.711.954**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Resultados dos Exercícios de 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Valores Expressos Em Reais)

	NOTA	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021
Receita Líquida	19	**89.026.809**	**17.231.111**	**99.898.801**
Custo das Vendas e Serviços	19.1	(56.760.554)	(6.084.629)	(61.897.348)
Lucro Bruto		**32.266.255**	**11.146.482**	**38.001.453**
Despesas Administrativas	20	(22.087.371)	(2.919.897)	(31.713.253)
Despesas Tributárias	-	(828.746)	(9.386)	(880.584)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11	(160.526)	-	-
Outras Receitas Líquidas	21	27.913	1.747	27.913
Lucro antes do Resultado Financeiro		**9.217.525**	**8.218.946**	**5.435.529**
Receitas Financeiras	22	912.886	217.214	914.601
Despesas Financeiras	22	(7.710.056)	(1.776.472)	(10.136.844)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		**2.420.355**	**6.659.688**	**(3.786.714)**
Provisão para IRPJ e CSLL - Corrente	23	-	(2.344.830)	-
Provisão para IRPJ e CSLL - Diferido	23	(773.302)	-	5.428.742
Lucro Líquido do Exercício		**1.647.053**	**4.314.858**	**1.642.028**
Lucro Líquido básico por ação (em R$)	24	0,07	0,22	
Atribuível a:				
Acionistas controladores		**1.647.053**	**4.314.858**	**1.647.053**
Acionistas não controladores			-	**(5.025)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Resultados Abrangentes de 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Valores Expressos Em Reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021
Lucro líquido do exercício	**1.647.053**	**4.314.858**	**1.642.028**
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**1.647.053**	**4.314.858**	**1.642.028**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Valores Expressos Em Reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021
Lucro Líquido do Exercício	**1.647.053**	**4.314.858**	**1.642.028**
Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Aplicadas nas Atividades Operacionais	**987.972**	**687**	**13.959.081**
Depreciações e Amortizações	54.144	687	54.144
Resultado da Equivalência Patrimonial	160.526	-	-
Provisões Contingências	-		5.614.001
Impostos Diferidos	773.302	-	5.428.742
Perda de Crédito Esperada	-	-	2.862.194
Variações nos Ativos e Passivos	**(611.985)**	**4.521.199**	**(28.617.672)**
(Aumento)/Redução de Clientes	(36.658.897)	7.447.334	(55.000.848)
(Aumento)/Redução de Outros Ativos	(21.933.553)	12.540.292	(29.868.207)
Aumento/(Redução) de Fornecedores	10.362.631	(521.479)	8.168.340
Aumento/(Redução) de Adiantamento de Clientes	43.263.553	(7.121.983)	43.021.048
Aumento/(Redução) de Outros Passivos	4.354.281	(7.822.965)	5.061.995
Geração/(Consumo) de caixa nas Atividades Operacionais	**2.023.040**	**8.836.744**	**(13.016.563)**
Fluxos de caixa das Atividades de Investimentos		-	
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em Controladas	(2.031.708)	-	-
Aquisição de Imobilizado	(614.379)	-	(614.379)
Aquisição/Aporte de Ativo Investimento em Controladas	(29.851)	-	-
Aquisição de Intangível	(58.240)	-	(58.240)
(Consumo) de caixa nas Atividades de Investimento	**(2.734.178)**	-	**(672.619)**
Fluxos de caixa das Atividades de Financiamentos			-
Variação dos Ativos e Passivos Cindidos	-	(8.884.063)	-
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	900.000	3.832.111	900.000
Aumento de Capital Social	4.000.000	-	4.000.000
Variação Empréstimos e Financiamentos	14.610.524	39.313.612	30.310.225
Variação de Partes Relacionadas	(26.004.448)	(18.096.222)	(26.004.448)
(Consumo)/Geração de Caixa nas Atividades de Financiamentos	**(6.493.924)**	**18.165.438**	**9.205.777**
(Consumo)/Geração de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(7.205.062)**	**27.002.182**	**(4.483.405)**
No início do exercício	27.005.417	3.235	27.005.419
No final do exercício	19.800.355	27.005.417	22.522.014
(Consumo)/Geração de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(7.205.062)**	**27.002.182**	**(4.483.405)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Valores Expressos Em Reais)

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(Prejuízo) Acumulado	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação dos Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
Em 31 de dezembro de 2019						
Integralização de Capital Social por Cisão	19.904.357	-	-	**19.904.357**	-	**19.904.357**
Adiantamento para Aumento de Capital por Retificação de Laudo de Avaliação (NE 14.1)	-	3.832.111	-	**3.832.111**	-	**3.832.111**
Ajustes de Ativos e Passivo pós Cisão	-	-	(8.884.064)	**(8.884.064)**	-	**(8.884.064)**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	4.314.858	**4.314.858**	-	**4.314.858**
Em 31 de dezembro de 2020	**19.904.357**	**3.832.111**	**(4.569.206)**	**19.167.262**	-	**19.167.262**
Aumento de Capital Social	7.832.111	(3.832.111)	-	**4.000.000**	-	**4.000.000**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	900.000	-	**900.000**	-	**900.000**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	1.647.053	**1.647.053**	(5.025)	**1.642.028**
Em 31 de dezembro de 2021	**27.736.468**	**900.000**	**(2.922.153)**	**25.714.315**	**(5.025)**	**25.709.290**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020

(Valores Expressos Em Reais, Exceto Quando Indicado De Outra Forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TS Infraestrutura e Engenharia S.A. ou "TS Infra" (Controladora), sediada em São Paulo/SP, tem como atividade principal a execução de obras de infraestrutura nos setores de Mobilidade Urbana e Geração, Transmissão e Distribuição de Energia, assim como a fabricação de painéis e sistemas de controle e proteção. A Companhia possui sua sede em São Paulo/SP, um escritório técnico em Recife/PE e duas filiais industriais instaladas em Curitiba/PR e Betim/MG. A Controlada Empresa de Transmissão Timóteo-Mesquita S.A. dedica-se à atividade de implantação, coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado Nacional compostas pela Linha de Transmissão - LT Mesquita - Timóteo 2, em 230 KV e pela Subestação - SE Timóteo 2, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal através da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Controlada Sol do Sertão BJL II Energia Solar Ltda. Tem como principal atividade a geração de energia elétrica renovável em parque solar a ser implementado no município de Bom Jesus da Lapa, projeto de investimento em fase inicial. **1.1 Relação das Subsidiárias:** A Companhia possui participações nas subsidiárias: a) Empresa de Transmissão Timóteo-Mesquita S.A. ou "ETTM", foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 10 de fevereiro de 2012 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços. b) A Sol do Sertão BJL II Energia Solar Ltda. ou "BJL II", foi constituída como sociedade Limitada de Propósito Específico em 06 de abril de 2021, tem como objeto social implantação de usina(s) solar(es) fotovoltaicas, geração de energia elétrica, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços. **1.2 Aquisição das Subsidiárias:** Em 14 de maio de 2021, a Companhia efetuou a compra de 100% das ações do capital votante da Controlada Empresa de Transmissão Timóteo-Mesquita S.A., ou "ETTM", em conformidade com Instrumento Particular de Venda e Compra de Ações e Outras Avenças. A TS Infra obteve a anuência da transferência de controle da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 17 de agosto de 2021, através do despacho de nº 2.517 com as seguintes deliberações relevantes: I - Determinar o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Despacho, para que seja celebrado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão ANEEL nº 02, de 2012, sob pena de continuidade do processo de caducidade da concessão; II - Vedar ulterior transferência de controle da ETTM até a entrada em operação comercial de todas as funções de transmissão que são objeto do Contrato de Concessão ANEEL nº 02, de 2012; III - Indeferir o pedido de medida cautelar para suspender cautelarmente os efeitos do Despacho SFE nº 618, e dar-lhe parcial provimento, mantendo a penalidade prevista, mas alterando seu valor para R$359.856,58 (trezentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e oito centavos); IV - Aplicar à Empresa de Transmissão Timóteo-Mesquita S.A. - ETTM, CNPJ 14.556.893/0001-60, a sanção de "suspensão temporária de participação em licitações para obtenção de novas concessões, permissões ou autorizações, bem como de impedimento de contratar com a ANEEL e de receber autorização para serviços e instalações de energia elétrica", pelo prazo de dois anos contados da data de publicação do Despacho, V - Determinar ao Operador Nacional do Sistema - ONS, que, após a assinatura do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão ANEEL nº 02, de 2012, revise os Termos de Liberação TLR-TONS/28/12/2020, TLR-TONS/29/12/2020 e DIT-TLRTONS/47/12/2020, emitido em favor da Mantiqueira Transmissora de Energia, para retirar a ETTM da condição de terceiro causador da pendência impeditiva. A TS Infra assumiu o controle efetivo da ETTM em 01 de setembro de 2021, escriturando ágio em suas demonstrações contábeis consolidadas no montante R$ 1.698.436 inicialmente mensurado pelo Patrimônio Líquido da controlada com balancete de verificação com data base de 31 de agosto de 2021. No último trimestre de 2021 a ETTM retomou os investimentos para a conclusão do empreendimento no próximo ano. O início das atividades operacionais está previsto para o mês de setembro/22, onde a ETTM passará a contar com um fluxo de ingressos provenientes da RAP (Receita Anual Permitida) prevista em contrato concessão e permitirá a emissão de uma operação de Debentures de Infraestrutura, que se encontra previamente afiançada com o Banco BTGPACTUAL (Nota Explicativa 14). Estas ações executadas em conjunto no horizonte do curto, indicam o plano da administração para a continuidade das operações e equilíbrio das contas. Em 30 de março de 2021, a TS Infra integralizou 29.850 quotas de valor nominal R$ 1,00 cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do país com 95,5% de participação da Sol do Sertão BJL II Energia Solar Ltda ou "SOL do Sertão BJL II" em conformidade com Contrato De Sociedade Limitada De Propósito Específico: Sol Do Sertão BJL II Energia Solar Ltda. Impactos da Covid: Mesmo com os efeitos da pandemia frente à economia e saúde no ano de 2021, a Companhia, por estar no grupo de atividade essencial, manteve-se plenamente ativa com suas operações, seguindo com os protocolos de segurança, proteção e as regras de distanciamento de seus colaboradores nos locais de obra e em suas dependências. Na avaliação da Companhia, os impactos da COVID-19 em suas operações não foram relevantes, sem identificar aumento significativo no risco de crédito de contas a receber de clientes que pudesse impactar na reavaliação de suas premissas de provisão. No que tange ao impairment de seus ativos, a Companhia também não identificou impacto adverso relevante em suas disponibilidades, estoques e ativos permanentes, principalmente em face às liberações ocorridas em relação às regras do distanciamento social.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Consolidação: As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Controladora, e das Controladas Empresa de Transmissão Timóteo-Mesquita S.A., ou "ETTM" e Sol do Sertão BJL II Energia Solar Ltda ou "SOL do Sertão BJL II". Os saldos de Ativos e Passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação. **2.2 Declaração de conformidade:** As principais políticas contábeis aplicadas na apresentação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia para sua emissão em 17 de agosto de 2022. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto onde indicado de outra forma. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**: A moeda funcional da Companhia é o Real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis, estão expressos em Reais 1. **2.5 Estimativas contábeis**: As demonstrações contábeis foram elaboradas em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Todas as estimativas são ajustadas mensalmente com as premissas mais atuais e disponíveis para a administração no final de cada mês. As estimativas são atualizadas com a finalidade de refletir o valor de liquidação, sem resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis. A Administração monitora e revisa periodicamente e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários, investimentos de curto prazo com alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **3.2 Contas a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Para os prazos de recebimento equivalentes a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A Companhia não possui valores em atraso e com características de liquidação duvidosa em suas demonstrações contábeis individuais. A Controlada ETTM elaborou teste de recuperabilidade em suas contas a receber vinculados ao Contrato de Concessão nº 02/2012, por ser esta a única Unidade Geradora de Caixa - UGC. O valor recuperável da UGC foi determinado com base no fluxo de caixa projetado até o final da concessão, descontado pelo Custo Médio Ponderado de Capital adotado. As premissas adotadas foram: • Custo Médio Ponderado: 5,75% a.a. • Receitas: referentes aos ativos vinculados ao contrato ainda em construção, • Custos e Despesas: Projetadas com base nos custos e despesas existentes, acrescidas daqueles referentes aos ativos em construção, • Período de Fluxo de Caixa: até julho de 2042, encerramento da concessão. Os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços e quando necessário. **3.3 Estoques**: O custo é determinado pelo método do custo médio de avaliação dos estoques. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. **3.4 Despesas pagas antecipadamente:** As despesas pagas antecipadamente cujo benefícios ultrapassam ao exercício corrente, as quais são apropriadas como despesas conforme regime de competência. **3.5 Investimentos:** Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. **3.6 Imobilizado**: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. As taxas de depreciações utilizadas são baseadas, conforme a vida útil de cada ativo fixo. O cálculo de depreciação é pelo método linear e reconhecido no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 12. O custo histórico inclui os gastos qualificáveis atribuíveis à aquisição dos itens. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado. **3.7 Valor recuperável de ativos**: Foi efetuada análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. **3.8 Intangível:** O intangível é composto por Acervo técnico, constituído à época na empresa cindenda TSEA Energia, Ágio de aquisição de investimento, registrado quando da aquisição do controle da subsidiária ETTM e de licenças de software, contabilizados pelo custo de formação/aquisição. Anualmente é feita a revisão de valor recuperável do acervo técnico, e quando necessária é constituída provisão. As licenças de software são amortizadas conforme o seu prazo de vida útil. **3.9 Fornecedores**: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes pelo prazo de liquidação de até um ano. Foram reconhecidas pelo valor das faturas correspondentes. **3.10 Empréstimos e Financiamentos**: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Saldos mantidos com partes relacionadas (Nota Explicativa nº 14) estão apresentados pelo valor original e corrigidos mensalmente pelo índice pactuado em contrato. **3.11 Reconhecimento da Receita**: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. As receitas em suas demonstrações consolidadas para os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente e NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: 3.11.1 Receita de implementação de infraestrutura: Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de implementação de infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios. 3.11.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e consideram as especificidades de cada projeto de reforço e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, que registrada na rubrica "ativo contratual da concessão" e determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. 3.11.3 Receitas de operação por avanço de projeto EPC: As receitas de operação com evolução dos projetos de EPC Engineering, Procurement and Construction, são reconhecidas pelo método POC significa Percentage of Compilation, compreende a evolução dos custos incorridos dos projetos em relação a margem orçada dos contratos. 3.11.4 Receitas de operação por avanço de projeto SI: A receita compreende o valor justo pela comercialização de produtos industrializados na elaboração de painéis de controles e segurança para subestações de energia elétrica. **3.12 Contrato de concessão - consolidado:** A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada é a definida em contrato de concessão. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à ETTM, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ETTM entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo Poder Concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na Nota Explicativa "Ativo contratual da concessão". **3.13 Ativo contratual da concessão - consolidado:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias. No cálculo do ativo contratual é estimado no início da concessão, considerando o prazo previsto no contrato e alterado em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Em caso de Revisão Tarifária Periódica (RTP), os recebimentos futuros são revistos e os fluxos do ativo contratual são mensurados novamente. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia, de 7,31% a.a; e (ii) atualizado pelo IPCA. A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como: Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. **3.14 Imposto de Renda e Contribuição Social:** As provisões para o imposto de renda sobre o lucro real e para a contribuição social, foram calculadas e contabilizadas de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias, ao prejuízo fiscal e base negativa da CSLL. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que é provável que haja lucros tributáveis futuros. **3.15 Instrumentos Financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com o modelo de negócio definido pela entidade e classificados nas seguintes categorias: instrumentos financeiros ao custo amortizado, instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa apresentam a seguinte composição:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021
Bancos Conta corrente	11.494.074	12.273.363	11.494.074
Aplicações de liquidez imediata	8.306.281	14.732.054	11.027.940
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	**19.800.355**	**27.005.417**	**22.522.014**

As aplicações de liquidez imediata correspondem substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, remunerados por referência à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

5. CLIENTES

O saldo a receber registrado no grupo de clientes refere-se aos valores das receitas de vendas de produtos e serviços relacionados às atividades principais da Companhia.

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021
Curto prazo			
Clientes nacionais	44.958.732	11.077.685	44.958.732
Clientes Partes Relacionadas	11.770.492	8.992.642	11.770.492
Contas a receber de clientes	**56.729.224**	**20.070.327**	**56.729.224**

5.1 Ativo de Contrato: O saldo a receber registrado no grupo de clientes na controlada ETTM refere-se aos valores de ativo de contrato vinculado ao contrato de concessão 02/2012.

	Consolidado 2021
Ativo de Contrato	55.065.996
(-) Perda de Crédito Esperada	(25.899.761)
Ativo de Contrato Líquido	**29.166.235**
Curto prazo	
Ativo de Contrato	2.734.976
Contas a receber de clientes	**2.734.976**
Longo prazo	
Ativo de Contrato	26.431.259
Contas a receber de clientes	**26.431.259**

Em 31 de dezembro foi efetuada a avaliação de perda de crédito esperada de acordo com NBC TG 48 item 5.5.1 de saldos de ativo de contrato, resultando um saldo de provisão no valor de R$ 25.899.761. O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ETTM considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. A contabilização de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerá quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ETTM considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. A contabilização de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerá quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

6. ESTOQUES - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Saldo de estoques compreende produtos industrializados na elaboração de Painéis e Sistemas de Controles e Proteção para subestações de energia elétrica e industrialização de unidades móveis de subestação energia elétrica. Em 31 de dezembro, o saldo de estoques é composto por:

	2021
Matéria Prima	101.243
Produto em Elaboração	7.587.211
Total	**7.688.454**

7. OUTROS CRÉDITOS

Em 31 de dezembro, o saldo de outros créditos a receber é composto por:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021
Cessão de Títulos	5.272.151	5.272.151	5.272.151
Outros Valores a Receber	251.979	724.132	251.979
	5.524.130	**5.996.283**	**5.524.130**

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Em 31 de dezembro, o saldo de despesas pagas antecipadamente é composto por:

	Controladora 2021	Consolidado 2021
Prêmio de seguros	2.190.421	2.769.775
Custo por emissão de empréstimos	1.537.809	1.951.152
Total	**3.728.229**	**4.720.927**

9. DIVULGAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

As transações com empresas controladas, substancialmente prestação de serviços, foram realizadas a preços, prazos e condições usuais de mercado. Essas operações são realizadas entre as controladas, sendo os saldos eliminados no processo de consolidação. a) Operações com controladas

Controladora	2021
PASSIVO	
Adiantamento de clientes	1.000.000
RESULTADO	
Serviços prestados de EPC	4.000.000

b) Outras partes Relacionadas (*)

Controladora	2021	2020
ATIVO		
Mútuo a receber	16.841.090	10.278.826
Outras contas a receber	19.786.520	8.587.961
PASSIVO		
Outras contas a pagar	2.835.255	11.078.880
Adiantamento de clientes		-
RESULTADO		
Serviços prestados de EPC	15.407.930	16.294.873
Serviços tomados	-	-

Outras (TSEA)	2021	2020
ATIVO		
Outras contas a receber	2.835.255	11.078.880
PASSIVO		
Mútuo a pagar	16.841.090	10.278.826
Outras contas a pagar	19.786.520	8.587.961
RESULTADO		
Serviços prestados	-	-
Serviços tomados de EPC	15.407.930	16.294.873

(*) Referem-se às operações com a Companhia de Transformadores e Serviços de Energia das Américas S.A. ou "TSEA Energia" (CNPJ 08.870.769/0001-72), investida do grupo Fram Capital Gestão de Ativos (CNPJ 08.907.334/0001-55) controlador indireto comum. c) Remuneração do pessoal chave: As remunerações dos diretores e administradores da Companhia seguem as diretrizes do estatuto social. Para o exercício de 2021, este gasto representou o montante de R$ 4.619.316 (em 2020 R$ 541.735).

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de impostos a recuperar é composto por:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021
Curto prazo			
IRRF e CSLL retidos na fonte	1.219.014	-	1.219.014
PIS e COFINS a compensar	1.408.006	1.057.552	1.422.592
ICMS e IPI a recuperar	274.335	-	274.335
INSS retido na fonte	1.245.722	-	1.245.722
Outros	101.524	-	104.573
	4.248.601	**1.057.552**	**4.267.236**

11. INVESTIMENTOS

Os investimentos da Companhia apresentam a seguinte composição:

	Investida: ETTM (Set a dez/21)	Investida: BJL II (Abr a dez/21)	Total
Valor Contábil Sobre o Patrimônio da Investida Adquirida em 31/08/2021	(1.698.435)	-	**(1.698.435)**
Ágio na Aquisição do Investimento (a)	1.698.436	-	**1.698.436**
Aporte de Capital	-	29.850	**29.850**
AFAC	373.119	1.658.589	**2.031.708**
Equivalência Patrimonial (b)	839.395	(999.921)	**(160.526)**
Saldo de investimento	**1.212.515**	**688.518**	**1.901.033**

(a) Ágio de aquisição de investimento: O Ágio de aquisição de investimento refere-se a mais valia apurada na aquisição da controlada Empresa de Transmissão Timóteo-Mesquita S.A., ou "ETTM" tem como fundamento o Patrimônio Líquido da investida com base no balanço levantado com data base de agosto de 2021. A Companhia contratou consultores externos para uma avaliação independente dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos, os quais estão em andamento na data de divulgação dessas demonstrações contábeis. Os valores preliminares de avaliação estão demonstrados abaixo:

BALANÇO PATRIMONIAL AJUSTADO EM 31 DE AGOSTO DE 2021

ATIVO	VALOR PATRIMONIAL	AJUSTES NA AQUISIÇÃO	VALOR PATRIMONIAL AJUSTADO
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de Caixa	2	-	2
Ativo de Contrato	41.594.980	(39.447.953)	2.157.632
Impostos a recuperar	14.915	-	14.915
Despesas Antecipadas	60.752	-	60.752
	41.670.649	**(39.447.953)**	**2.233.301**
NÃO CIRCULANTE			
Ativo Realizável Longo Prazo			
Ativo de Contrato	-	11.880.669	11.880.669
	-	**11.880.669**	**11.880.669**
TOTAL DO ATIVO	**41.670.649**	**(27.567.284)**	**14.113.970**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	VALOR PATRIMONIAL	AJUSTES NA AQUISIÇÃO	VALOR PATRIMONIAL AJUSTADO
CIRCULANTE			
Fornecedores	1.769.471	-	1.769.471
Empréstimos e Financiamentos	3.481.004	-	3.481.004
Tributos a recolher	2.138.918	34.641	2.173.559
	7.389.393	**34.641**	**7.424.034**
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos.	2.928.205	-	2.928.205
Tributos a Recolher.	4.179.913	1.269.649	5.460.166
	7.108.118	**1.269.649**	**8.388.371**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	25.551.900	-	25.551.900
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (*)	2.033.080	-	2.033.080
Prejuízo Acumulado	(411.842)	(28.871.574)	(29.283.415)
	27.173.138	**(28.871.574)**	**(1.698.435)**
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**41.670.649**	**(27.567.284)**	**14.113.970**

(*) O Adiantamento para Futuro Aumento de Capital foi aportado no ato societário da troca de controle.

VALOR PATRIMONIAL AJUSTADO	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(1.698.435)
COMPRA	1
ÁGIO	1.698.436

(b) Equivalência Patrimonial: A apuração do resultado de equivalência patrimonial dos investimentos em controladas apresenta a seguinte movimentação do exercício:

Apuração de equivalência - Descrição	Investida: ETTM	Investida: BJL II	Total
Capital Social	27.618.083	30.000	
Capital a integralizar	-	(150)	
Prejuízo acumulado	(29.316.518)	-	
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	373.119	1.658.589	
Resultado do período 2021	839.395	(1.004.945)	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**(485.921)**	**683.494**	
Participação	100%	99,50%	
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL			
Equivalência do período de abril a dezembro de 2021	-	(999.921)	**(999.921)**
Equivalência do período de setembro a dezembro 2021	839.395	-	**839.395**
Total de Equivalência Patrimonial	**839.395**	**(999.921)**	**(160.526)**

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

12.1) Os ativos Imobilizados apresentam a seguinte composição:

Descrição conta	Saldo imobilizado 2020	Aquisições 2021	Saldo imobilizado 2021	Saldo depreciação acumulada 2021	Saldo líquido em 2021
Ferramentas	-	108.049	108.049	(8.681)	99.368
Computadores e periféricos	-	289.226	289.226	(31.667)	257.559
Instalações	-	3.900	3.900	(33)	3.867
Máquinas e equipamentos	-	137.612	137.612	(1.904)	135.708
Moveis e utensílios	6.333	75.592	81.925	(2.111)	79.814
Total	**6.333**	**614.379**	**620.712**	**(44.396)**	**576.316**

Depreciação Acumulada

Descrição conta	Taxa depreciação	Saldo Depreciação Acumulada 2020	Encargo de Depreciação 2021	Saldo da Depreciação Acumulada 2021
Ferramentas	15%	-	(8.681)	(8.681)
Computadores e periféricos	20%	-	(31.667)	(31.667)
Instalações	10%	-	(33)	(33)
Máquinas e equipamentos	10%	-	(1.904)	(1.904)
Moveis e utensílios	10%	(687)	(1.424)	(2.111)
Total		**(687)**	**(43.709)**	**(44.396)**

12.2) Os ativos Intangíveis apresentam a seguinte composição:

Descrição conta	Taxa Amortização	Saldo intangível 2020	Aquisições 2021	Saldo intangível 2021	Saldo amortização	Saldo líquido em 2021
Acervo técnico (a)	0%	23.196.546	-	23.196.546	-	23.196.546
Direito de uso de Software	20%	-	58.240	58.240	(10.435)	47.805
Total Controladora		**23.196.546**	**58.240**	**23.254.786**	**(10.435)**	**23.244.351**
Ágio na Aquisição do Investimento - nota 11(a)		-	1.698.436	1.698.436	-	1.698.436
Total Consolidado		**23.196.546**	**1.756.676**	**24.953.222**	**(10.435)**	**24.942.787**

(a) Acervo técnico: O Acervo técnico refere-se ao Fundo de Comércio constituído à época pela empresa cindenda TSEA Energia. O valor deste ativo foi formado a longo da sua existência, ainda como divisão de negócios pela TSEA Energia, tomando por base todos os projetos certificados e acervados junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA). O Acervo técnico garante a qualificação da TS Infra para participação, execução e prospecção dos projetos de infraestrutura voltados para a Mobilidade Urbana e de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia. Anualmente é feita a revisão de valor recuperável do acervo técnico, e quando necessária é constituída provisão.

13. FORNECEDORES

O saldo a pagar registrado no grupo de fornecedores refere-se primordialmente aos valores devidos pela Companhia na aquisição de insumos, equipamentos e serviços recebidos relacionados aos projetos.

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021
Nacionais	14.986.170	3.842.807	15.904.006
Estrangeiros	1.291.151	1.645.460	1.291.151
Partes relacionadas	-	426.423	426.423
Total de Fornecedores	**16.277.321**	**5.914.690**	**17.621.580**

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos apresentam a seguinte composição:

Controladora	Vencimento	Circulante	Não Circulante	2021	Circulante	Não Circulante	2020
Banco BTGPACTUAL	12/12/2022	24.075.925	-	**24.075.925**	12.099.298	8.000.000	20.099.298
Banco Santander	30/09/2023	2.068.961	4.974.904	**7.043.865**	4.171.737	5.836.775	10.008.512
Fram Capital DTVM	31/12/2023	129.894	22.546.694	**22.676.588**	-	-	-
Aymoré	31/12/2022	127.757	-	**127.757**	-	-	-
Money Plus Sociedade de Crédito	31/12/2022	-	-	-	205.801	9.000.000	9.205.801
Total		**26.402.537**	**27.521.598**	**53.924.135**	**16.476.836**	**22.836.775**	**39.313.611**

Consolidado	Vencimento	Circulante	Não Circulante	2021
Banco BTGPACTUAL	12/12/2022	45.623.063	-	45.623.063
Banco Santander	30/09/2023	2.068.961	4.974.904	7.043.865
Fram Capital DTVM	31/12/2023	129.894	22.546.694	22.676.588
Aymoré	31/12/2022	127.757	-	127.757
Total		**47.949.675**	**27.521.598**	**75.471.273**

A taxa de juros média ponderada aplicada sobre as operações de empréstimos contraídos pela Companhia é de 12,8%aa. As operações de crédito contratadas junto a Fram Capital DTVM, na modalidade de capital de giro, correspondem a uma linha de crédito rotativo e de renovação automática de aproximadamente R$20.000.000 e garantida pelos acionistas da TS Infra. A estrutura de garantias das operações de crédito em vigor está composta pela Cessão Fiduciária do fluxo de recebíveis dos contratos vigentes e Certificados de Depósitos Bancários. A amortização dos empréstimos tem o seguinte cronograma para os próximos exercícios:

Vencimento:	Controladora	Consolidado
Ano 2022	26.402.537	47.949.675
Ano 2023	27.521.598	27.521.598
	53.924.135	**75.471.273**

A Controlada ETTM tem contratado com banco BTGPACTUAL através de uma Cédula de Crédito Bancário com vencimento no curto prazo que será sucedida por uma operação de longo prazo, através da emissão de Debêntures de Infraestrutura, previamente afiançada nas seguintes condições: Valor início: 21.547.138 - Valor final: 28 milhões - Prazo: 16 anos - Carência: 6 meses - PMTS: pagamento semestral - Garantias: centralização do fluxo de recebível em Conta Vinculada

15. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Por característica da operação, os eventos de pagamentos de clientes ocorrem de forma antecipada durante o ciclo de execução dos projetos e geralmente estão vinculados a marcos de atendimento do cronograma físico. Os adiantamentos de clientes são compensados após a efetiva entrega dos equipamentos ou conclusão do serviço em campo. Em 31 de dezembro, a composição desta conta é a seguinte:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021
Curto prazo			
Projeto 263	-	14.421.630	-
Projeto 284	2.858.162	2.247.484	2.858.162
Projeto 285	926.904	926.904	926.904
Projeto 282	-	750.442	-
Projeto 289	1.685.739	-	1.685.739
Projeto 290	3.684.864	-	3.684.864
Projeto 291	2.295.591	-	2.295.591
Projeto 293	2.280.915	-	2.280.915
Projeto 294	1.000.000	-	-
Projeto 300	20.792.618	-	20.792.618
Projeto M02	5.862.914	-	5.862.914
Demais Projetos	6.357.771	557.095	6.357.771
Subtotal	**47.745.478**	**18.903.555**	**46.745.478**
Longo prazo			
Projeto 263	14.421.630	-	14.421.630
Subtotal	**14.421.630**	-	**14.421.630**
Total	**62.167.108**	**18.903.555**	**61.167.108**

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS

O saldo das obrigações sociais, trabalhistas e tributárias é composto da seguinte forma:

Obrigações Tributárias e Trabalhistas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021
Tributos a Recolher			
Curto prazo:			
Pis a Recolher	380.389	148.379	403.530
COFINS a Recolher	1.622.132	683.441	1.622.132
Imposto de Renda e Contribuição Social	527.542	2.109.734	527.542
Impostos Federais - Retenções	790.803	198.747	1.044.847
ICMS a Recolher	253.793	63.868	253.793
ISS a Recolher	1.689.071	826.552	1.689.924
	5.263.730	**4.030.721**	**5.541.768**
Longo prazo:			
Pis a Recolher	2.111	-	2.111
COFINS a Recolher	33.352	-	33.352
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.116.349	-	2.166.144
	2.151.812	-	**2.201.607**
Total	**7.415.542**	**4.030.721**	**7.743.375**
Obrigações Sociais			
INSS a Recolher	-	273.554	-

continua...

...continuação

Obrigações Tributárias e Trabalhistas	Controladora		Consolidado
Tributos a Recolher			
Curto prazo:	2021	2020	2021
FGTS a Recolher	255.344	78.198	255.344
Salários a Pagar	4.156	2.920	4.156
Provisão de Férias	2.504.895	1.263.915	2.504.895
Total	**2.764.395**	**1.618.587**	**2.764.395**

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

A Controladora não possui quaisquer contingências no campo trabalhista, tributário e civil sobre os projetos transferidos no processo de cisão parcial, bem como oriundos do curso normal da sua atividade durante o exercício de 2021 e 2020. A controlada ETTM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos da Controlada, conforme análise efetuada em 2021, que devido a evolução dos processos os mesmos entendem que a probabilidade de perda é provável (classificados como possível em 2020). A Administração da Controlada, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos no valor de R$ 5.614.001 sendo R$ 5.255.763 cíveis e R$ 358.238 trabalhistas.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no Brasil, no valor de R$ 27.736.468 (R$ 19.904.357 em 2020), dividido em 27.736.468 (19.904.357 em 2020) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. Em 2021 ocorreu a subscrição e integralização de 7.832.111 de ações ordinária nominativas, que foram integralizadas pelos acionistas. **18.1 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social:** Refere-se a aporte de capital a serem vertidas ao capital social da Companhia no valor de R$ 900.000, originado pela acionista Fram Capital Fredrik Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia com previsão de integralização em 2022. **18.2 Prejuízo Acumulado:** A Companhia apresenta um saldo de Prejuízo Acumulado no valor de R$ 2.922.153, proveniente da consolidação dos seguintes eventos do período: a) Lucro Líquido do Exercício no valor de R$ 1.647.053; b) Absorção de prejuízos acumulados de 2020 no valor de R$ 4.569.206;

19. RECEITA LÍQUIDA

A Receita Bruta e suas Deduções estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Revenda de Produtos	15.894.338	1.643.410	15.894.338
Venda de Serviços Prestados	82.317.939	18.071.384	94.748.842
Receita Bruta	**98.212.277**	**19.714.794**	**110.643.180**
Impostos sobre Vendas	(9.185.468)	(2.483.683)	(10.744.379)
Deduções da Receita Bruta	**(9.185.468)**	**(2.483.683)**	**(10.744.379)**
Receita Líquida	**89.026.809**	**17.231.111**	**99.898.801**

19.1 Custos das Vendas e Serviços Prestados: Os Custos Sobre as Vendas e Serviços Prestados apresentam a seguinte composição:

	2021	2020	2021
Custo das Mercadorias Vendidas	(6.869.250)	(335.808)	(6.869.250)
Custo dos Produtos Vendidos	(1.272.379)	-	(1.272.379)
Custo dos Serviços Prestados	(48.618.925)	(5.748.821)	(53.755.719)
Total dos Custos	**(56.760.554)**	**(6.084.629)**	**(61.897.348)**
Custo dos Serviços Prestados			
Despesas com Pessoal	(20.444.190)	(2.134.681)	(20.444.190)
Materiais Aplicados	(12.420.975)	-	(16.762.929)
Serviços	(7.954.715)	(2.884.450)	(8.582.806)
Aluguéis de Imóveis e Equipamentos	(3.585.721)	(110.048)	(3.585.721)
Viagens	(1.954.305)	-	(1.954.305)
Seguros	(805.379)	-	(969.320)
Veículos	(632.617)	-	(632.617)
Material de Uso e Consumo	(500.639)	(51.138)	(500.639)
Outras Despesas	(320.384)	(568.504)	(323.192)
Total	**(48.618.925)**	**(5.748.821)**	**(53.755.719)**

20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Despesas com Pessoal	(6.881.931)	(645.230)	(6.891.931)
Encargos Trabalhistas	(2.212.379)	(439.001)	(2.212.379)
Aluguéis de Imóveis e Equipamentos	(1.019.774)	(55.895)	(1.120.339)
Depreciações e Amortizações	(54.144)	-	(54.144)
Material de Uso e Consumo	(294.919)	(25.973)	(294.919)
Serviços Terceirizados	(6.794.188)	(541.998)	(7.350.512)
Serviços de Consultoria	(3.074.658)	(923.050)	(3.352.496)
Perda de Crédito Esperada	-	-	(2.862.194)
Provisão Contingenciais	-	-	(5.614.001)
Outras Despesas	(1.755.378)	(288.750)	(1.960.339)
Total	**(22.087.371)**	**(2.919.897)**	**(31.713.254)**

21. OUTRAS RECEITAS

O Resultado de outras receitas, líquidas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Reembolso de despesas	27.913	1.747	27.913
Total	**27.913**	**1.747**	**27.913**

22. RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Juros Recebidos	137.696	-	137.696
Rendimentos Aplicação Financeira	426.278	105.753	427.993
Variação Cambial Ativa	348.912	111.461	348.912
Receitas Financeiras	**912.886**	**217.214**	**914.601**
Despesas e Comissões Bancárias	(907.138)	(84.821)	(3.065.085)
Juros Pagos ou Incorridos	(6.435.656)	(1.530.630)	(6.704.497)
Variação Cambial Passiva	(367.262)	(161.021)	(367.262)
Despesas Financeiras	**(7.710.056)**	**(1.776.472)**	**(10.136.844)**
Resultado Financeiro	**(6.797.171)**	**(1.559.258)**	**(9.222.243)**

23. TRIBUTOS DIFERIDOS

(a) Composição De Saldos

	Controladora 2021	Consolidado 2021
Tributo Diferido Ativo		
Provisão acordos com fornecedores	-	1.250.000
Provisão para contingenciais	-	5.614.001
Variação cambial passiva não realizada	367.262	367.262
Provisão para previdência de funcionários	64.738	64.738
BNCSLL e Prejuízo fiscal	790.884	20.754.060
Base de cálculo	**1.222.884**	**28.050.061**
IRPJ Ativo Diferido	305.721	7.012.515
CSLL Ativo Diferido	100.060	2.524.505
Total Tributo Diferido Ativo	**405.781**	**9.537.020**

	Controladora 2021	Consolidado 2021
Tributos a Recolher Diferidos		
Ativo Financeiro líquido	-	29.487.229
PIS e COFINS exigibilidade suspensa	-	(5.102.201)
Lucro não realizado sobre contrato de longo prazo (POC)	3.148.389	3.148.389
Variação cambial ativa não realizada	348.913	348.913
Base de cálculo	**3.497.302**	**27.882.330**
IRPJ Passivo Diferido	(874.326)	(6.970.583)
CSLL Passivo Diferido	(314.757)	(2.509.410)
Tributos a Recolher Diferidos	**(1.189.083)**	**(9.479.993)**
(a) Total de IRPJ e CSLL Diferidos Liquido	**(773.302)**	**57.027**
PIS E COFINS DIFERIDO Base de cálculo (Ativo financeiro registrado em receita)	-	**55.158.933**
PIS Diferido	-	(910.121)
COFINS Diferido	-	(4.192.079)
(b) Total de PIS e COFINS Diferido	-	**5.102.200**
Tributo Diferido Liquido (a) - (b)	**(773.302)**	**5.045.173**

COMPOSIÇÃO DO RESULTADO DE IRPJ e CSLL DIFERIDO DE 2021 - CONSOLIDADO

IRPJ e CSLL a diferido ativo - ETTM	6.819.077
IRPJ e CSLL a pagar diferido - ETTM	(617.033)
IRPJ e CSLL a pagar diferido - Controladora	(773.302)
	5.428.742

(b) Conciliação do Resultado: Apresentamos a seguir a conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal vigente em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.420.355**	**6.659.688**	**(3.786.714)**
Alíquota efetiva (imposto de renda e contribuição social)	34%	34%	34%
Expectativa de (despesa)/crédito de imposto de renda e contribuição social	(822.921)	(2.264.294)	1.287.483
Reconciliação			
Outras adições /exclusões, líquidas	49.619	(80.536)	1.147.046
Efeito de IR/CSLL diferidos ativos não constituídos em anos anteriores por ausência de expectativa de realização	-	-	2.994.213
(Despesa)/Crédito de imposto de renda e contribuição social	**(773.302)**	**(2.344.830)**	**5.428.742**
Corrente	-	(2.344.830)	-
Diferido	(773.302)	-	5.428.742

24. LUCRO POR AÇÃO

Os cálculos dos lucros básico e diluído por ação são feitos através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Qtd de ações	Média Ponderada 2021	Média Ponderada 2020
19.904.357	19.904.357	19.904.357
4.000.000	1.534.247	-
3.832.111	808.418	-
Média ponderada de ações em poder dos acionistas (em ações)	**22.247.022**	**19.904.357**
Lucro líquido do exercício	**1.647.053**	**4.314.858**
Lucro líquido básico/diluído por ação - Em R$	**0,07**	**0,22**

A Companhia não detém ações potenciais diluíveis em circulação ou outros instrumentos que poderiam resultar na diluição do cálculo do lucro por ação.

Diretoria

Marcos Fidelis Garofalo - Diretor - CPF 65.0977.690-15

Erika Cavalcanti de Albuquerque Lauzut

Contadora Responsável - CRC: SP-267789/O-8

Relatório do Auditor Independente Sobre às Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **TS Infraestrutura e Engenharia S.A.** - São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da TS INFRAESTRUTURA E ENGENHARIA S/A ("Companhia"), identificadas como "Controladora" e "Consolidado", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da TS INFRAESTRUTURA E ENGENHARIA S/A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua Controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração da Companhia é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas Controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas Controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas Controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 17 de agosto de 2022. **HLB BRASIL - Rokembach + Lahm, Villanova & Cia. Auditores** - CRC 2SP042459/O-4. **Eduardo Coelho** - Sócio - Contador CRC 1RS77913/O-4.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Imobiliária Bolsa Ltda., Administradora do **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO GARAGE BOLSA**, sito à Rua Miguel Carlos, nº 106, nesta Capital, em atendimento ao Síndico, Senhor RICARDO NARDELLI e, de acordo com a Lei 4.591/64, pelo seu Departamento de Condomínios, convocam V. Sas. para **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, a ser realizada no dia **30 de Setembro de 2022**, na **Av. Senador Queirós, nº 605, 19º andar, sala 1904**, no Ed. Bolsa de Cereais, às **15:00 hs**, havendo número legal ou meia hora após **(15:30 horas)**, com qualquer número de condôminos presentes, para deliberar sobre a seguinte **ordem do dia: 1.** LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR; **2.** APROVAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DO PERÍODO DE 01.07.2021 A 31.07.2022; **3.** APROVAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO 2022/2023; **4.** ELEIÇÃO DE SÍNDICO PARA O MANDATO 2022/2024; **5.** ELEIÇÃO DE 03 MEMBROS PARA O CONSELHO CONSULTIVO PARA O EXERCÍCIO 2022/2024; **6.** ASSUNTOS GERAIS. Certos de seu imprescindível comparecimento apresentamos nossas cordiais saudações. Imobiliária Bolsa Ltda. Observações: • Não sendo aconselhável o exame dos documentos referentes ao item 2 no decorrer da assembleia, por exiguidade de tempo, os mesmos encontram-se à disposição dos senhores condôminos, em nosso escritório comercial, até o dia 28.09.2022. • Os proprietários poderão ser representados por terceiros, munidos de procuração atualizada, com reconhecimento de assinatura em cartório, passada exclusivamente pelos proprietários efetivamente reconhecidos por lei. • Os condôminos inadimplentes não terão direito a voto.

São Paulo, 20 de Setembro de 2022

43ª Vara Cível - Foro Central Cível - SP EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO 20 DIAS PROCESSO nº 1009656-71.2018.8.26.0011. O Dr. Miguel Ferrari Junior, Juiz de Direito da 43ª Vara Cível - Foro Central Cível - SP, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Alhos São Paulo Gestão e Serviços Ltda, CNPJ/MF sob nº 12.731.195/0001-29, que Associação de Apoio À Criança Com Câncer AACC, ajuizou ação de Obrigação de Fazer para determinar que a ré apresente as Notas Fiscais no valor total de R$ 574.678,04. Estando as réus em lugar ignorado, expede-se o edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 supra, apresente embargos, sob pena de constituir título executivo judicial, ficando advertido de que no caso de revelia será nomeado curador especial. Será acute: o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo-SP. J - 20 e 21/09

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0000772-32.2020.8.26.0011. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr(a). Andrea Ferraz Musa, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MARIA APPARECIDA REZATTO NEVES, Brasileira, Professora, RG 1.776.091, CPF 147.822.528-97, que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento da sentença por parte da Fundação de Rotarianos de São Paulo. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por edital, acerca da penhora que recaiu sobre uma casa e respectivo terreno situados à rua Coelho Lisboa, nº 216, no 27º subdistrito – Tatuapé, objeto da matrícula nº 306.607, do 9º CRI desta capital-São Paulo, sendo nomeada depositária do bem, do qual não pode abrir mão sem expressa autorização deste Juízo, observadas as conseqüências do descumprimento das obrigações inerentes. Caso queira, terá o prazo de 10 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, para requerer a modificação da penhora, conforme artigos 847 a 853 do novo CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de setembro de 2022. 20 e 21/09

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. [illegible]

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. [illegible]

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. [illegible]

EDITAL DE CITAÇÃO. [illegible]

EDITAL DE CITAÇÃO. [illegible]

EDITAL DE CITAÇÃO. [illegible]

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião PROCESSO Nº 1008677-03.2015.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Juliana Dias Almeida de Filippo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Antenor Joao Calegan, Esp. de Belarmino Reis de Andrade, Walter Fukui, Leila Rocha dos Santos Fukui, Valdomiro Reis de Andrade, Theresa Moraes de Andrade, Antenor Reis de Andrade, Judite alves de Andrade, Isabel Christina de Andrade Sampaio, Benedito Augusto Sampaio, Marcia Reis de Andrade, Osmani Correa Simon, Aparecida de Andrade Zochar, Ernesto Zochar, Lucia de Andrade Christa, Orlando Christa, Mario Reis Andrade, Angela Aparecida Reis de Andrade, Zelia Reis Pereira, Luiz Carlos Pereira, Tereza de Andrade Celestino, Angelo Celestino, Esp. de Maria da Conceição Andrade, Benedito Juvenal de Andrade, Suely Reis de Andrade, Ana Maria Reis de Andrade, Edson Reis de Andrade, Nilda Reis Bitencourt, Sergio Tsutomu Miura, Ana Paula Gomes Miura, Genilson Alves da Silva, Cintia Fernanda Machado, José Roberto da Mata Pereira, Dulce Pedroso da Silva, Francisco Rodrigues da Silva, Esp. de Ana Domingues de Andrade, Camilo Pedroso da Silva, seus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Decio Fukui ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre Rua Juvenal Luz, nº 04, Jardim [illegible]

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS. [illegible]

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1085554-42.2021.8.26.0100. [illegible]

Edital de Citação - Prazo de 20 dias. [illegible]

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. [illegible]

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. [illegible]

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1119649-35.2020.8.26.0100. [illegible]

Edital de Citação - Prazo de 20 dias. [illegible]

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1011929-30.2016.8.26.0009. [illegible]

EDITAL DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO. [illegible]

Ébano Soluções Financeiras e Corretagem de Seguros Ltda.

CNPJ n. 33.258.394/0001-31 - NIRE 35 2 3549285 9

REUNIÃO DE SÓCIOS - EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Convocam-se os Senhores Sócios da Ébano Soluções Financeiras e Corretagem de Seguros Ltda., inscrita no CNPJ sob n. 33.258.394/0001-31 ("Sociedade"), à Reunião de Sócios que ocorrerá de forma exclusivamente digital no dia 29 de setembro de 2022, por meio da plataforma Zoom (link: https://us02web.zoom.us/j/82421228591?pwd=SkRacD-FITS9wTUk5bTExcFdra0ZDZz09), como se na sede da Sociedade (Rua Diogo Moreira, nº 132, conjunto 1.102, bairro Pinheiros em São Paulo, SP, CEP 05.423-010) fosse, que se instalará, em primeira chamada, contando com a presença de sócios representantes de ¼ do capital social, às 17h30, ou em segunda chamada, com qualquer número de sócios, às 18h, para se deliberar sobre os seguintes itens da Ordem do Dia: (i) análise das contas da administração da Sociedade e das demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, de 2020 e de 2021 da Sociedade, assim como relativas ao exercício social ainda não findo de 2022; (ii) aprovação da destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) aprovação da dissolução total da Sociedade, sob amparo nas disposições da Cláusula Décima Terceira do Contrato Social da Sociedade, assim como nas dos artigos 1.033, 1.038, 1.044 e 1.086 do Código Civil; (iv) decisão sobre o modo da consequente liquidação do ativo e do passivo do patrimônio da Sociedade; e (v) nomeação do respectivo liquidante. São Paulo, SP, 21 de setembro de 2022. **ERIKA DE ANDRADE LOPES** - Sócia-Administradora.

EDITAL PARA CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, expedido nos autos do PROC. Nº **0012021-33.2022.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 40ª Vara Cível, do Foro Central Cível Estado de São Paulo Dr(a) Fernando José Cúnico, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a quem possa interessar, que por este MM. Juízo tramita Cumprimento de Sentença movida por RITA GIUSEPPINA BLASIOLI COSTA portadora da cédula de identidade RG nº [illegible] presidente de direito da associação ré e executada e ASSOCIAÇÃO COMITES SÃO PAULO 7 COMITÊ DOS ITALIANOS NO EXTERIOR DA CIRCUNSCRIÇÃO CONSULAR DE SÃO PAULO, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 33.293.993/0001-96 e com os seus documentos constitutivos registrados junto ao 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital sob nº 44.164 (08/04/2019), com endereço em São Paulo-SP, à Av. Higienópolis, nº 436, Consolação, CEP: 01238-000, tendo sido incluída como requerida e ora executada: COMITATO DEGLI ITALIANI ALL'ESTERO (COMITÊ DOS ITALIANOS NO EXTERIOR) - COM.IT.ES, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 58.122.144/0001-09 e com os seus documentos constitutivos registrados junto ao 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital sob nº 222214/94, com endereço em São Paulo-SP, à av. São Luís, nº 50, 3º andar, conjunto 32 A, CEP: 01046-000. O presente edital é para a citação e intimação de todos a quem a referida demanda possa interessar, conhecidos ou desconhecidos, ausentes, incertos e/ou em lugares incertos e não sabidos, seus herdeiros e/ou sucessores, a fim de que tomem conhecimento integral do aludido processo e de que, no futuro não aleguem ignorância, e para que, se quiserem, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do término do prazo de 20 dias estipulado nos termos do art. 231, IV, do Código de Processo Civil, promovam a liquidação da sentença. Ficam cientes, ainda, que, nos termos do Art. 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o prazo acima indicado sem a promoção da liquidação de sentença, inicia-se o prazo de 15 dias úteis para que o executado, independentemente de nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de julho de 2022.

3ª Vara Cível, do Foro Regional IX - Vila Prudente-SP. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006718-13.2016.8.26.0009 A MMa. Juíza de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IX - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dra. Claudia Sarmento Monteleone, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a CARLOS EDUARDO CONTENA SANTOS, RG 33.387.543-06, CPF 374.759.128-09 e NÍDIA ALINE MARTINS, RG 54512589-3, CPF 808.781.800-87, que lhes foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Colégio de Ághape G S/c Limitada, visando ao recebimento da quantia de R$ 7.164,88 relativo ao Termo de Acordo e Confissão de Dívida, firmado em 13/11/2015, a serem pagas em 16 parcelas, com vencimento inicial em 19/11/2015, que deixaram de ser pagas a partir da 4ª parcela. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para pagar a dívida, atualizada até a data do efetivo pagamento, conforme pedido inicial, no prazo de três dias úteis. Fixados os honorários em 10% sobre o valor do débito, que serão reduzidos pela metade, em caso de pagamento. No prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da própria citação, reconhecendo o crédito da exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, a executada poderá requerer autorização do juízo para pagar o restante do débito em até 06 (seis) parcelas mensais, corrigidas pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça e acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações implicará, de pleno direito, o vencimento das subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato início dos atos executivos, imposição à executada de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas e vedação à oposição de embargos. Os eventuais embargos à execução poderão ser oferecidos no prazo de quinze dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, por intermédio de advogado, na forma dos art. 915, do citado Código. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo-SP. J – 21 e 22/09

6ª Vara Cível Foro Regional II – Santo Amaro – SP. **PROPOSTA POR INICIATIVA PARTICULAR DA UNIDADE 61 DO CONDOMÍNIO EDIFÍCIO JARDIN DE PROVENCE DE TITULARIDADE DA COMERCIAL PNEUTOP LTDA** 6ª Vara Cível Foro Regional II – Santo Amaro – SP. Processo 0014306-12.2016.8.26.0002 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais – Condomínio Edifício Jardin de Provence em face de Comercial Pneutop Ltda Neste ato representado por sua síndica, Sra. Cleonice Lima, vem através da presente ata, demonstrar a **PUBLICIDADE DO PROCEDIMENTO DE ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR**, nos termos do artigo 880 do Código de Processo Civil – Lei nº 13.105/2015. Art. 880. Não efetivada a adjudicação, o exequente poderá requerer a alienação por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor ou leiloeiro público credenciado perante o órgão judiciário. 1º O juiz fixará o prazo em que a alienação deve ser efetivada, a forma de publicidade, o preço mínimo as condições de pagamento, as garantias e, se for o caso, a comissão de corretagem. 2º A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, expedindo-se: I – a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel; II – a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar do bem móvel. Outrossim, serve a presente para declarar **CIÊNCIA** acerca da proposta apresentada pelo Sr. **Newton Candido da Silva e sua esposa Maria da Penha Tizuko Horimoto Candido da Silva**, e já **APROVADA** por seu Condomínio, nos seguintes termos: **FORMA DE PAGAMENTO: TOTAL de R$ 362.459,63 (trezentos e sessenta e dois mil e quatrocentos e cinquenta e nove reais e sessenta e três centavos) sendo: entrada no valor de R$ 90.614,90 (noventa mil e seiscentos e quatorze reais e noventa centavos) e o saldo remanescente em 25 (vinte e cinco) parcelas iguais e consecutivas no valor de R$ 10.873,79 (dez mil e oitocentos e setenta e três reais e setenta e nove centavos) cada.** São Paulo, 30 de Agosto de 2022. J – 21/09

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73) JERSÉRODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital. **FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 488.402, em 21/07/2021, o instrumento público de ata notarial de constatação de posse de 14 de julho de 2021 (Lv. 4003, páginas 251/263) do 6º Tabelião de Notas desta Capital, da qual ANA BEATRIZ DE SOUZA HONÓRIO, brasileira, solteira, estudante, RG. nº 39.103.543-5-SSP/SP, CPF/MF. nº 471.681.168-94, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Willis Roberto Banks, nº 401, Bloco 02, apartamento 13, Parque Maria Domitila, e, ADRIANA MARCIA CARNEIRO HONÓRIO, brasileira, do lar, separada judicialmente, RG. nº 9.473.476-SSP/SP, CPF/MF. nº 094.006.508-87, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Doutor Franco da Rocha nº 546, apto. 09, Perdizes, objetivando a **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL de UMA VAGA, destinada a estacionamento de automóvel, localizada na garagem do 2º sub-térreo ou 1º pavimento, de fundo, do Edifício Maria Luiza, situado na Rua Dr. Fanco da Rocha nº 546, no 19º Subdistrito – Perdizes, objeto da transcrição nº 45.772, desta Serventia.** Em observância à previsão legal contida no § 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 416 e 425.1 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, Nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos 15 e 16, § 1º, "V", que diz:- **"a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião"**; e, § 2º, do mesmo artigo 16, que diz:- **"os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias após o decurso do prazo do edital publicado"**, ficam eles por este Edital **INTIMADOS** da existência do referido processo, franqueando-lhe a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral, de segunda a sexta feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, a fim de obter mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada, **a qual poderá se manifestar em 15 (quinze) dias contados da data da publicação deste Edital.** E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venham de futuro alegar ignorância, expede-se o presente edital que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo. **São Paulo, 21 de Setembro de 2022. O Oficial (Jersé Rodrigues da Silva)**

21/09 e 06/10/22